

# Resultados de 2022



Empresa Luz e Força  
Santa Maria  
S/A

**Relatório da Administração e  
Demonstrações Financeiras de 2022**

Avenida Angelo Giuberti, 385

Esplanada - Colatina/ES

CEP: 29702-712

Tel: (27) 2101-2323

**CONTEÚDO**

CONTEÚDO .....	2
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
Balanços patrimoniais – Ativo.....	18
Balanços patrimoniais – Passivo .....	19
Demonstrações dos resultados dos exercícios.....	20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	21
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	22
Demonstrações do valor adicionado .....	23
NOTAS EXPLICATIVAS.....	24
1. Contexto operacional.....	24
2. Base de preparação .....	24
3. Sumário das principais práticas e mudanças nas políticas contábeis.....	29
4. Eventos significativos no exercício .....	31
5. Caixa e equivalentes de caixa .....	33
6. Consumidores.....	34
7. Tributos.....	35
8. Almoxarifado operacional .....	37
9. Ativos financeiros setoriais.....	37
10. Reembolsos do fundo da CDE.....	39
11. Outros ativos circulantes e não circulantes.....	40
12. Concessão do serviço público.....	40
13. Intangível.....	42
14. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos .....	44
15. Fornecedores .....	47
16. Concessionárias e permissionárias.....	47
17. Empréstimos e financiamentos .....	47
18. Obrigações sociais e trabalhistas.....	48
19. Provisões.....	49
20. Encargos setoriais.....	50
21. Consumidores.....	51
22. Outros passivos circulantes e não circulantes .....	52
23. Patrimônio Líquido.....	52
24. Receita operacional líquida.....	55
25. Custos dos serviços e despesas operacionais.....	57
26. Resultado financeiro .....	59
27. Imposto de renda e contribuição social.....	59
28. Instrumentos financeiros.....	61
29. Benefícios pós-emprego .....	65
30. Saldo e transações entre partes relacionadas .....	66
31. Cobertura de seguros.....	67
32. Compromissos de longo prazo.....	68
33. Eventos subsequentes.....	68
CARTA DE APROVAÇÃO .....	70
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	71

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhoras e senhores acionistas,

A Administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2022 e 2021, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Acompanha este documento o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e suas alterações. É prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, estando, porém, à disposição para acesso público no website da Santa Maria ([www.elfsm.com.br](http://www.elfsm.com.br)), sendo ainda publicado em mídia na cidade e no Estado de sua sede (Colatina e Espírito Santo), de acordo com a legislação brasileira.

Essas Demonstrações Financeiras foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2023.

### **1) MENSAGEM DO PRESIDENTE**

Em 2022, o mercado consumidor da Santa Maria registrou queda de 1,8% em relação a 2021, que havia registrado crescimento de 8,6% em relação a 2020, conforme detalhado na seção “6 – desempenho operacional”.

Registramos EBITDA ajustado de R\$ 31.800 (R\$ 34.900 em 2021), e lucro líquido de R\$ 22.021 (R\$ 25.954 em 2021), conforme apresentado na seção “5 - desempenho econômico e financeiro”.

Investimos R\$ 14.800 (R\$ 13.800 em 2021) no sistema de distribuição, e mantivemos a qualidade do serviço prestado dentro dos padrões de excelência nacional, com os indicadores DEC (6,93) e FEC (4,24) abaixo dos parâmetros regulatórios (11,38 e 7,92, respectivamente), assim como as perdas totais (9,27%), que também ficaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL (10,99%).

Outro fato importante foi o reajuste tarifário anual de 2022, que resultou no aumento de 20,04% na tarifa média para o consumidor, sendo 15,5% concentrado na Parcela A, 2,42% na Parcela B e 2,12% em itens financeiros.

O ano de 2022 também foi marcado pela conquista de duas premiações muito importantes. A Santa Maria foi vice-campeã do Prêmio Abradee nas categorias “Gestão Operacional” e “Avaliação pelo Cliente” para empresas com até 500 mil consumidores. O resultado da premiação reflete o empenho e a dedicação de nossas equipes em oferecer um serviço de qualidade aos nossos clientes.

Para finalizar, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Santa Maria, às organizações governamentais e não governamentais do nosso relacionamento empresarial, e a todos os demais com quem compartilhamos esforços e vitórias.

**Arthur Arpini Coutinho - Diretor-Presidente**

## 2) PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS CONQUISTADOS EM 2022

### *Prêmio ABRADÉE*

A Santa Maria sagrou-se vice-campeã do Prêmio Abradee 2022 nas categorias “Gestão Operacional” e “Avaliação pelo Cliente”, disputada por empresas com até 500 mil unidades consumidoras. O objetivo da premiação é reconhecer as melhores empresas de distribuição do país por seu desempenho e melhores práticas ao longo do último ano. O Prêmio Abradee, promovido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, que já ultrapassa duas décadas desde a sua primeira edição, é realizado em parceria com o Instituto Ethos, o Instituto Innovare de Pesquisa, a Fundação Nacional da Qualidade (“FNQ”) e com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (“FIPE”), parceiros independentes e de alta reputação junto ao mercado, conferindo ao Prêmio a credibilidade de suas marcas e a confiabilidade de suas avaliações.

## 3) SOBRE A COMPANHIA

A Santa Maria é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina/ES, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045.

A Companhia está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, e atende a 11 municípios em uma área de concessão de 4.994 km<sup>2</sup>

### *3.1 Clientes*

Em 2022, foram conectados 2.338 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 1,97% em relação a 2021), totalizando 121.307 consumidores cativos atendidos.

Classe de consumo	2022	2021
Residencial	74.630	73.214
Rural	33.789	33.208
Comercial, serviços e outros	9.860	9.707
Industrial	1.776	1.599
Demais classes	1.252	1.241
<b>Total</b>	<b>121.307</b>	<b>118.969</b>
<b>Variação</b>	<b>1,97%</b>	<b>2,13%</b>

## Resultados de 2022

### 3.2 Sistema de distribuição

O sistema de distribuição da Santa Maria é robusto e dimensionado para garantir a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema elétrico. Os principais dados das instalações e ativos elétricos em serviço em 31 de dezembro são apresentados a seguir:

Descrição	2022	2021	Variação (%) 2022/2021
<b>Subestações</b>			
Quantidade	13	13	0,0
Potência instalada de transformadores (MVA)	691	691	0,0
<b>Redes de distribuição próprias (Km)</b>	<b>8.213</b>	<b>8.155</b>	<b>0,7</b>
AT (maior ou igual a 69 KV)	107	107	0,0
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.319	7.267	0,7
BT (menor que 1 KV)	787	781	0,8
<b>Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)</b>	<b>17.597</b>	<b>17.181</b>	<b>2,4</b>
Urbano	1.432	1.423	0,6
Rural	16.165	15.758	2,6
<b>Potência instalada na distribuição própria (MVA)</b>	<b>414</b>	<b>399</b>	<b>3,9</b>
Urbano	111	109	1,6
Rural	304	290	4,7
<b>Postes em redes de distribuição (Quantidade)</b>	<b>90.092</b>	<b>89.169</b>	<b>1,0</b>
Urbano	24.271	24.174	0,4
Rural	65.821	64.995	1,3

## 4) INVESTIMENTOS

A Santa Maria investiu, ao longo do ano de 2022, recursos da ordem de R\$ 14.806 (R\$ 13.767 em 2021), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Descrição do ativo	2022	2021	Variação (R\$ mil) 2022/2021	Variação (%) 2022/2021
Linhas e redes de distribuição	14.105	9.426	4.679	49,6
Subestações	111	2.792	(2.681)	-96,0
Sistema de medição	2.608	3.016	(408)	-13,5
Veículos	1.490	902	588	65,2
Outros ativos	1.002	653	349	53,4
<b>Investimento bruto</b>	<b>19.316</b>	<b>16.789</b>	<b>2.527</b>	<b>15,1</b>
(-) Obrigações especiais	(4.510)	(3.022)	(1.488)	49,2
<b>Investimento líquido</b>	<b>14.806</b>	<b>13.767</b>	<b>1.039</b>	<b>7,5</b>

Os investimentos realizados em 2022 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica.

Adicionalmente, nos próximos anos, um investimento estimado em R\$ 90.000 irá dobrar a capacidade de fornecimento de energia elétrica da Santa Maria aos seus consumidores. A obra interligará a Companhia a um dos mais importantes empreendimentos de infraestrutura de energia

## Resultados de 2022

do Estado do Espírito Santo, a subestação da rede básica João Neiva 2, pertencente ao SIN – Sistema Interligado Nacional.

A futura subestação Colatina 2, que será construída para conectar a Santa Maria ao referido empreendimento, deverá superar em tamanho a subestação Henrique Nunes Coutinho, a maior da Companhia até então. A subestação Colatina 2 será interligada por linhas de 138kV à rede básica e por linhas de 69kV ao sistema elétrico existente.

Esse novo ponto de suprimento tem por objetivo principal a confiabilidade do sistema elétrico e a garantia de fornecimento de energia aos consumidores da Santa Maria pelos próximos 20 anos.

## 5) DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

### 5.1 Destaques

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Santa Maria em 31 de dezembro:

Indicadores financeiros	Unidade	2022	2021	Varição 2022/2021
Ativo total	R\$ mil	265.123	319.339	-16,98%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	49.301	39.812	23,83%
Patrimônio líquido	R\$ mil	177.912	176.407	0,85%
Endividamento bruto	R\$ mil	1.008	27.576	-96,34%
Endividamento (caixa) líquido	R\$ mil	(48.293)	(12.236)	294,68%
Indicadores de resultados	Unidade	2022	2021	Varição 2022/2021
Receita operacional bruta	R\$ mil	459.294	513.751	-10,60%
Receita operacional líquida	R\$ mil	303.912	355.021	-14,40%
EBITDA (Nota 5.4 do Relatório da Administração)	R\$ mil	28.803	31.872	-9,63%
EBITDA ajustado (Nota 5.4 do Relatório da Administração)	R\$ mil	31.778	34.909	-8,97%
Resultado financeiro	R\$ mil	6.797	11.235	-39,50%
Lucro líquido	R\$ mil	22.021	25.954	-15,15%
Indicadores relativos	Unidade	2022	2021	Varição 2022/2021
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	10,46	9,83	6,34%

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

## Resultados de 2022

### 5.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 459.294 em 2022, contra R\$ 513.751 em 2021, uma redução de R\$ 54.457 (10,6%). A receita operacional líquida diminuiu R\$ 51.109 (14,4%) em 2022, fechando em R\$ 303.912, contra R\$ 355.021 em 2021. A seguir apresentamos as receitas operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro:

Descrição	2022	2021	Variação (R\$ mil) 2022/2021	Variação (%) 2022/2021
Fornecimento de energia elétrica e TUSD	395.760	394.408	1.352	0,3
Ativos e passivos financeiros setoriais	(32.511)	27.046	(59.557)	-220,2
Ganhos na alienação de bens e direitos	226	471	(245)	-52,0
Energia de curto prazo – CCEE	5.230	6.762	(1.532)	-22,7
Valor justo do ativo financeiro indenizável	622	1.992	(1.370)	-68,8
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	66.072	61.875	4.197	6,8
Receita de construção	19.316	16.789	2.527	15,1
Outras receitas operacionais	4.579	4.408	171	3,9
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>459.294</b>	<b>513.751</b>	<b>(54.457)</b>	<b>-10,6</b>
(-) Tributos sobre a receita	(93.715)	(121.799)	28.084	-23,1
(-) Encargos setoriais	(61.333)	(36.653)	(24.680)	67,3
(-) Outras deduções	(334)	(278)	(56)	20,1
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>303.912</b>	<b>355.021</b>	<b>(51.109)</b>	<b>-14,4</b>

Dentre os fatores que foram determinantes para a redução da receita operacional líquida em 2022, destaca-se, predominantemente, a variação negativa de R\$ 59.557 da receita com ativos e passivos financeiros setoriais, decorrente, principalmente, do volume de recursos faturado com a bandeira tarifária escassez hídrica, vigente até abril de 2022, o qual foi utilizado para amortizar antecipadamente o saldo dos ativos financeiros setoriais reconhecidos durante a crise hídrica de 2021 e recompor o caixa da Companhia.

## Resultados de 2022

### 5.3 Gastos operacionais

Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) diminuíram R\$ 59.343 (23,8%) em relação a 2021, fechando em R\$ 190.477 contra R\$ 249.820. Os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R\$ 90.906 em 2022, representando um aumento de 14,7% (R\$ 11.676) em relação a 2021, quando o montante registrado foi de R\$ 79.230. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro pode ser assim demonstrada:

Descrição			Variação (R\$ mil)	Variação (%)
	2022	2021	2022/2021	2022/2021
<b>Gastos não gerenciáveis - Parcela A</b>	<b>190.477</b>	<b>249.820</b>	<b>(59.343)</b>	<b>-23,8</b>
Energia elétrica comprada para revenda	130.972	189.610	(58.638)	-30,9
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	59.505	60.210	(705)	-1,2
<b>Gastos gerenciáveis - Parcela B</b>	<b>90.906</b>	<b>79.230</b>	<b>11.676</b>	<b>14,7</b>
<b>PMSO</b>	<b>62.341</b>	<b>53.503</b>	<b>8.838</b>	<b>16,5</b>
Pessoal	32.556	26.992	5.564	20,6
Administradores	4.471	4.170	301	7,2
Materiais	3.742	3.205	537	16,8
Serviços de terceiros	13.367	11.595	1.772	15,3
Seguros	477	369	108	29,3
Provisões	1.028	1.129	(101)	-8,9
Tributos	766	328	438	133,5
Gastos diversos	5.934	5.715	219	3,8
<b>Outros gastos operacionais</b>	<b>28.565</b>	<b>25.727</b>	<b>2.838</b>	<b>11,0</b>
Depreciação e amortização	9.249	8.938	311	3,5
Custo de construção	19.316	16.789	2.527	15,1
<b>Total dos gastos operacionais</b>	<b>281.383</b>	<b>329.050</b>	<b>(47.667)</b>	<b>-14,5</b>

A redução dos gastos não gerenciáveis foi decorrente, principalmente, da normalização do cenário hídrico em 2022 e a consequente diminuição dos custos de geração de energia elétrica.

O incremento observado nos gastos gerenciáveis foi proveniente, principalmente, do aumento das despesas com PMSO (pessoal, materiais, serviços e outros) em 2022, que registraram crescimento da ordem de 16,5% (R\$ 8.838) em relação a 2021, especialmente em função do aumento de gastos com pessoal relacionados a ampliação de benefícios e reajustes salariais.

### 5.4 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

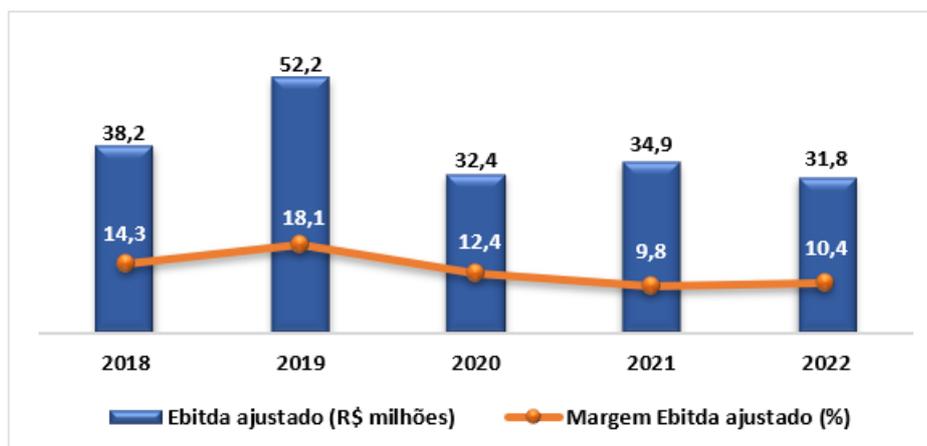
Em 2022, a Santa Maria registrou lucro líquido de R\$ 22.021, contra R\$ 25.954 registrado no ano de 2021, representando uma diminuição de 15,2% ou R\$ 3.933. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 31.778, contra R\$ 34.909 em 2021, uma redução de R\$ 3.131 ou 9%. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição			Variação (R\$ mil)	Variação (%)
	2022	2021	2022/2021	2022/2021
Lucro líquido do exercício	22.021	25.954	(3.933)	-15,2
(+) Impostos	4.330	8.215	(3.885)	-47,3
(-) Resultado financeiro	(6.797)	(11.235)	4.438	-39,5
(+) Depreciação e amortização	9.249	8.938	311	3,5
<b>(=) EBITDA</b>	<b>28.803</b>	<b>31.872</b>	<b>(3.069)</b>	<b>-9,6</b>
(+) Participações estatutárias	2.975	3.037	(62)	-2,0
<b>(=) EBITDA ajustado</b>	<b>31.778</b>	<b>34.909</b>	<b>(3.131)</b>	<b>-9,0</b>

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

## Resultados de 2022

O gráfico a seguir apresenta a evolução do EBITDA ajustado da Companhia nos últimos 5 anos:



## 6) DESEMPENHO OPERACIONAL

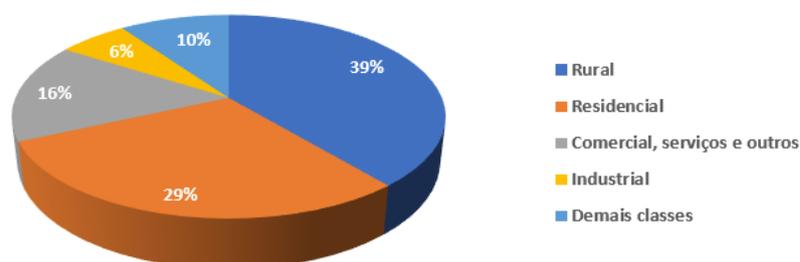
### 6.1 Mercado de distribuição da Santa Maria

Em 2022, a venda de energia elétrica aos consumidores finais (mercado cativo) da Santa Maria totalizou 502,4 GWh, o que representou uma redução de 1,8% em relação a 2021 (511,8 GWh). O desempenho negativo em 2022 é explicado, principalmente, pelo fator climático, com maior volume de chuvas e temperaturas mais amenas ao longo do ano, especialmente de setembro a dezembro, o que impactou no desempenho das classes rural, residencial e comercial, que são as de maior consumo da Companhia, com variações de 0,2%, -0,6% e -2,1%, respectivamente. A classe industrial registrou variação de -24,4% frente a 2021, decorrente, predominantemente, da migração de consumidores cativos para o ambiente de contratação livre, ocorrida em 2022. O comportamento do mercado cativo em GWh, por classe de consumo, é apresentado como segue:

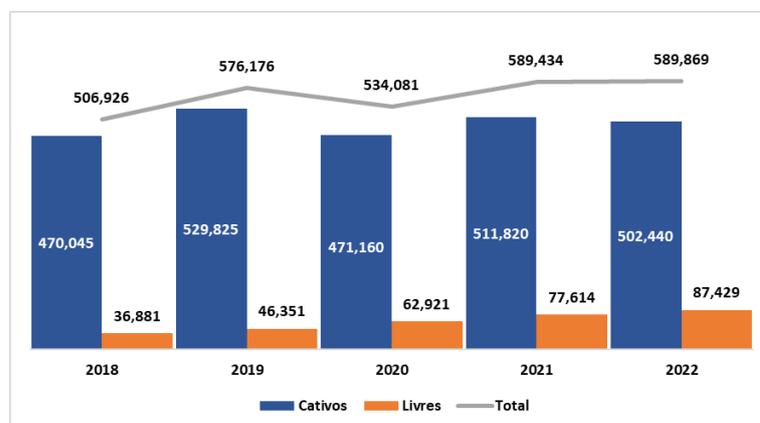
Classe de consumo	2022	2021	Varição (%) 2022/2021
Rural	195,490	195,119	0,2
Residencial	147,339	148,235	-0,6
Comercial, serviços e outros	79,455	81,181	-2,1
Industrial	30,974	40,952	-24,4
Iluminação pública	18,899	18,710	1,0
Poder público	15,980	14,066	13,6
Serviço público	13,622	12,912	5,5
Consumo próprio	0,681	0,645	5,6
<b>Total</b>	<b>502,440</b>	<b>511,820</b>	
<b>Varição</b>	<b>-1,8%</b>	<b>8,6%</b>	

## Resultados de 2022

A participação no mercado da Santa Maria, por classe de consumidores cativos, é demonstrada no gráfico a seguir:



A Companhia encerrou 2022 com 57 consumidores livres (41 em 2021). O gráfico a seguir apresenta a evolução do mercado na área de concessão da Santa Maria em GWh, cativo e livre, nos últimos 5 anos:



## 6.2 Perdas

A Santa Maria intensifica a cada ano as ações de combate ao furto e à fraude, além de trabalhar firmemente no propósito de aperfeiçoar cada vez mais a fiscalização, como forma de reduzir as ligações clandestinas. Em 2022, as perdas totais de energia elétrica da Companhia situaram em 61,9 GWh, ou 9,3%, contra 54,1 GWh, ou 8,2%, em 2021. O comportamento das perdas é apresentado como segue:

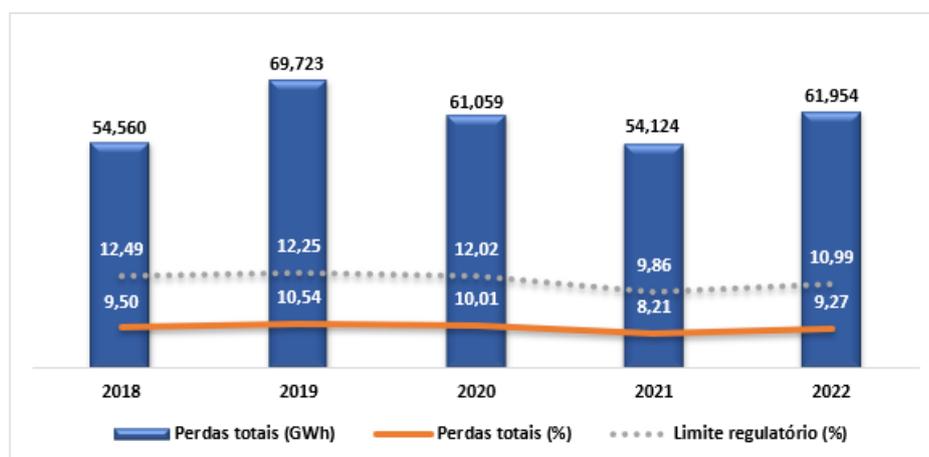
Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas totais na distribuição (%)		Limite Aneel (%)
2021	2022	2021	2022	2021	2022	
8,11	7,25	0,10	2,02	8,21	9,27	10,99

Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas totais na distribuição (GWh)		Variação (%) 2022/2021
2021	2022	2021	2022	2021	2022	
53,486	48,437	0,638	13,517	54,124	61,954	14,47

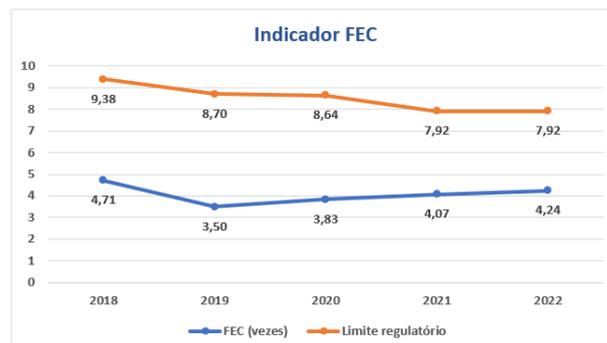
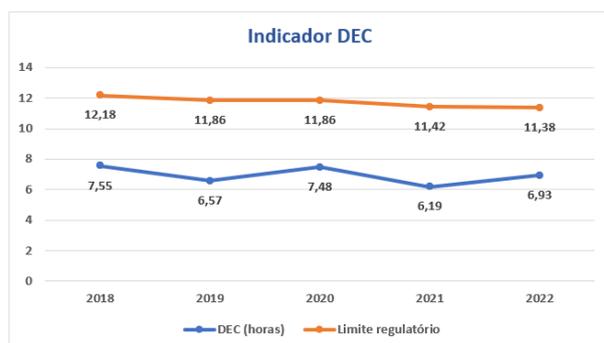
## Resultados de 2022

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:



### 6.3 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:



### 6.4 Relacionamento com o cliente

A Santa Maria mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos seus clientes permitindo maior interação, tais como: central de atendimento, web site, aplicativo para celular, WhatsApp e agências de atendimento presencial. Por meio desses canais, foram registrados 279.767 atendimentos no ano de 2022 (237.985 em 2021), sendo 94.414 por meio da central de atendimento, 14.236 via web site e aplicativo para celular, 58.039 via WhatsApp e 113.078 por meio das 12 agências de atendimento presencial.

Além desses canais, há uma estrutura de ouvidoria, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, denúncias e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a ouvidoria da ANEEL, sempre de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês, atuando como representante dos direitos do cliente junto à Santa Maria. O serviço de ouvidoria da Santa Maria pode ser acessado por meio de telefone, e-mail, carta, fax, web site, aplicativo para celular, formulários e atendimento presencial, sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos canais de atendimento de primeira instância. No ano de 2022, a

## Resultados de 2022

ouvidoria da Santa Maria recebeu 415 contatos de clientes (454 em 2021), sendo 1 denúncia, 2 sugestões, 5 elogios, 58 reclamações e 349 pedidos de informação.

### 6.5 Sistema de gestão da qualidade

Buscando atender à crescente demanda por qualidade e confiabilidade de seus serviços, a Santa Maria mantém implantado um Sistema de Gestão da Qualidade (“SGQ”), baseado na NBR-ISO 9001/2015.

A ISO 9001 é um conjunto de requisitos que tem por objetivo orientar as empresas no sistema de gestão da qualidade de seus processos, com o intuito de satisfazer seus clientes e buscar a melhoria contínua. Com o SGQ e o mapeamento de seus processos produtivos, a Santa Maria mantém padronizados todos os seus serviços, obtendo, dessa forma, maior qualidade na gestão de seu negócio. A estruturação dos processos auxilia na implementação de ações mais organizadas e assim, mais assertivas. A Santa Maria busca melhorar continuamente os seus processos, o que garante a atualidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Anualmente, acontecem auditorias externas realizadas pelo Organismo Certificador em setores alternados, sendo que a cada três anos, a Companhia é submetida a uma recertificação em que todas as áreas são auditadas. Ocorrem, também, em cumprimento à Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, auditorias internas a cargo do setor de Auditoria Interna, seguindo cronograma próprio.

Em 2022, a Santa Maria recebeu a visita do BSI – *British Standards Institution* (Organismo Certificador) para realização da auditoria de manutenção, tendo sido recomendada, na ocasião, a manutenção de sua certificação.

Em 2023, atendendo ao calendário de auditorias externas, ocorrerá a auditoria de recertificação.

### 6.6 Balanço energético

O balanço energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no mercado de curto prazo. A compra de energia elétrica em 2022 foi de 650,1 GWh (635,9 GWh em 2021). Desse montante, os contratos bilaterais representaram 15,4%, os CCEAR 25,3%, os contratos de energia base 45,1% e o MCSD 14,2%. O balanço energético da Santa Maria, em GWh, está apresentado como segue:

Suprimento (GWh)			Faturamento (GWh)	
Bilaterais (a)	100,017		502,440	Fornecimento
CCEAR (b)	164,561		16,462	Perdas na rede básica
Energia Base (c)	292,966		48,437	Perdas técnicas
MCSD (d)	92,608		13,517	Perdas não técnicas
Mercado de curto prazo	-69,296		87,429	Energia em trânsito
Energia em trânsito	87,429	Energia requerida 668,285		

a) Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda;

## Resultados de 2022

- b) Refere-se aos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (leilões);
- c) Refere-se ao Proinfra, às cotas de Angra I e II, às cotas de garantia física e à energia elétrica de Itaipu; e
- d) Refere-se ao mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica.

## 7) ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R\$ 49.301, superando o endividamento bruto. Por sua vez, o caixa líquido passou de R\$ 12.236 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 48.293 milhões em 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, a relação entre o caixa líquido e o EBITDA ajustado ao final de 2022 foi de -152%. A seguir, as dívidas de curto e longo prazos da Companhia em 31 de dezembro:

Descrição	2022	2021	Varição (%) 2022/2021
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	640	26.568	-97,59
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	368	1.008	-63,49
<b>Endividamento bruto</b>	<b>1.008</b>	<b>27.576</b>	<b>-96,34</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(49.301)	(39.812)	23,83
<b>Endividamento (caixa) líquido</b>	<b>(48.293)</b>	<b>(12.236)</b>	<b>294,68</b>

## 8) CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

### 8.1 Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de fornecimento de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL.

Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária.

A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de setembro. Considerando que em 2021 a Santa Maria se submeteu à 5ª revisão tarifária periódica, a próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2026.

## Resultados de 2022

### 8.2 Reajuste tarifário anual de 2022

Em setembro, foi homologado pela ANEEL o resultado do reajuste tarifário anual de 2022 da Santa Maria, com efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 20,04% (10,08% em 2021). A seguir, apresentamos a participação dos itens das Parcelas A e B no reajuste tarifário:

Item	Descrição do item	Participação no processo tarifário	
		2022	2021
1	Encargos setoriais	8,72%	0,92%
2	Custos de transmissão	1,95%	-1,07%
3	Custos de aquisição de energia	4,81%	-0,42%
4	Receitas irrecuperáveis	0,02%	0,00%
<b>5</b>	<b>Total da Parcela A (1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>15,50%</b>	<b>-0,57%</b>
<b>6</b>	<b>Total da Parcela B</b>	<b>2,42%</b>	<b>1,01%</b>
<b>7</b>	<b>Índice de Reposicionamento Tarifário (5 + 6)</b>	<b>17,92%</b>	<b>0,44%</b>
8	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	7,34%	6,94%
9	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	-5,22%	2,70%
<b>10</b>	<b>Reajuste Total Médio das Tarifas (7 + 8 + 9)</b>	<b>20,04%</b>	<b>10,08%</b>

## 9) GESTÃO DE PESSOAS

Na área de recursos humanos, a Santa Maria atua para fortalecer a gestão por resultados, sustentada na busca por um ambiente de trabalho ético, justo e responsável, que proporcione qualidade de vida e satisfação aos empregados, garantindo condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento profissional.

O Departamento de Recursos Humanos, juntamente com os gestores das áreas da Santa Maria, mantém um programa permanente de capacitação e desenvolvimento dos colaboradores, com o objetivo de definir ações para alcançar os resultados estratégicos desenhados pela organização. Um planejamento bem elaborado, com objetivos, informações técnicas, indicadores, metas, uso de ferramentas tecnológicas, políticas internas, entre outros, potencializa a competitividade da empresa.

Buscando profissionais mais capacitados e dando continuidade ao sucesso das duas primeiras turmas da Escola de Eletricista de Distribuição, a Santa Maria iniciou em dezembro de 2022 as inscrições para a 3ª Escola de Eletricista de Distribuição, uma parceria entre a Companhia e o SENAI Colatina. A novidade da 3ª turma foi o acréscimo de mais 60 horas de treinamentos, fazendo com que os formandos saiam ainda mais preparados para o mercado de trabalho.

Ao final de 2022, 339 colaboradores integravam o quadro funcional da Companhia, sendo 319 CLT, 19 aprendizes e 1 estagiário, formando a seguinte composição:

Categoria funcional	Homens	% dos homens	Mulheres	% das mulheres	Total	% do total
Gerência	39	13%	6	13%	45	13%
Engenheiros, especialistas e analistas	76	26%	25	53%	101	30%
Eletricistas, técnicos e operadores	177	61%	16	34%	193	57%
<b>Total</b>	<b>292</b>	<b>100%</b>	<b>47</b>	<b>100%</b>	<b>339</b>	<b>100%</b>

## Resultados de 2022

Além desse contingente, a Santa Maria contava também com 60 colaboradores terceirizados.

Ao longo do ano de 2022, foram registradas 40 admissões e 40 desligamentos.

O nível de escolaridade dos empregados próprios da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está apresentado a seguir:

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	85	25%
Ensino médio	174	51%
Ensino fundamental	80	24%
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>100%</b>

Adicionalmente, a Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual e atualizações do plano de benefícios, dentre outros temas.

## 10) PESQUISA & DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

### 10.1 Pesquisa & Desenvolvimento

No ano de 2022 foi continuado o projeto intitulado “Desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de baixo custo, visando à otimização da operação de PCH’s e CGH’s”.

Como resultado do projeto, espera-se o desenvolvimento de um sistema completo, incluindo hardware, firmware e software, para o monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de Central Geradora Hidroelétrica, denominado SisM-GH, tendo como base as tecnologias atuais de *IoT* e *Cloud Computing*, tais como: sensores de grandezas elétricas, leitores de grandezas elétricas, sensores de medição de níveis de água, leitores de níveis de água, equipamento de comunicação com os leitores e transmissão de dados pela internet.

O valor total previsto para investimento no projeto é de R\$ 637, com um prazo de execução de 24 meses e previsão de conclusão no segundo trimestre de 2023. Contudo, houve sinalização da entidade executora a respeito da necessidade de prorrogação do prazo do projeto, sem que isso importasse alteração de custo.

Ainda no ano de 2022 foi iniciada a prospecção de um novo projeto de P&D na área de mobilidade elétrica.

### 10.2 Eficiência energética

No ano de 2022 foram iniciados 2 (dois) projetos de eficiência energética, a seguir identificados:

- Projeto Santa Maria Ilumina II: trata-se de projeto voltado à substituição de lâmpadas e luminárias convencionais por luminárias de tecnologia LED, abrangendo 3 (três) municípios da área de concessão da Santa Maria, a saber: Águia Branca, São Domingos do Norte e Vila Valério, com previsão de atendimento da integralidade do parque de iluminação pública desses municípios. Prazo de execução: 12 (doze) meses. Previsão de desembolso total: R\$ 1.500.

## Resultados de 2022

---

Quantidade de pontos de iluminação a serem substituídos: 1.677. Previsão de conclusão: segundo semestre de 2023.

- (b) Projeto Iluminando Talentos com Eficiência I: trata-se de projeto voltado à substituição dos refletores do estádio municipal de Colatina, contemplando todos os 64 refletores existentes no estádio. É o primeiro projeto desse tipo realizado pela Santa Maria, com possibilidade de ser replicado em outros espaços públicos de outros municípios. Prazo de execução: 12 meses. Previsão de desembolso total: R\$ 485. Previsão de conclusão: segundo semestre de 2023.

## 11) RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

---

A Santa Maria apoia e desenvolve projetos que promovam educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, melhoria ambiental e desenvolvimento econômico e social nas comunidades onde está inserida. Entre as principais ações realizadas no último ano, destacam-se:

### *Patrocínios, apoios, doações e iniciativas ambientais*

- Doação para a Associação Amigas para o Bem Viver. A associação é uma ONG situada no município de Colatina, que apoia pacientes no enfrentamento do câncer e na busca pela sua recuperação, oferecendo vários serviços, tais como atendimento psicológico e jurídico, confecção de perucas e próteses mamárias;
- Apoio à campanha do Maio Amarelo em Colatina, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo;
- Apoio à campanha do Outubro Rosa em Colatina, com o objetivo de alertar para a importância da prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento do câncer de mama;
- Apoio à campanha do Novembro Azul em Colatina, com o objetivo de alertar para a importância da prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento do câncer de próstata;
- Montagem da tradicional árvore de Natal no município de Colatina;
- Patrocínio para diversos eventos educativos, culturais e esportivos;
- Doações para diversas entidades beneficentes;
- Doação para o Fundo da Infância e Adolescência;
- Continuidade do projeto Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, criado em parceria com o SENAI Colatina, com o objetivo de qualificar profissionais que tenham interesse em trabalhar na área de distribuição de energia elétrica. O curso possui carga horária de 380 horas, e é totalmente gratuito aos participantes;
- Apoio ao projeto Plantar é Viver, que vem crescendo a cada edição e ganhando importância na região noroeste capixaba, como propagador da consciência ambiental, principalmente entre as crianças. Além de educar, o projeto faz com que as pessoas coloquem a mão na massa com o plantio de árvores nativas.

# Resultados de 2022

## 12) AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia não contratou da Mazars Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços correlatos de auditoria por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

## 13) BALANÇO SOCIAL

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A Balanço social - Formulário IBase Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020									
(Em milhares de reais)									
1 - Base de cálculo	2022			2021 (Reapresentado)			2020 (Reapresentado)		
Receita líquida (RL)	303.912			355.021			261.776		
Resultado operacional (RO)	22.529			25.971			25.110		
Folha de pagamento bruta (FPB)	37.027			31.162			29.305		
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>	<b>Valores RS mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valores RS mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valores RS mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	2.102	6,68%	0,59%	1.925	6,18%	0,54%	1.714	5,83%	0,65%
Encargos sociais compulsórios	8.268	26,53%	2,33%	6.847	21,97%	1,93%	6.554	22,30%	2,50%
Previdência privada	1.034	3,32%	0,29%	886	2,84%	0,25%	839	2,85%	0,32%
Saúde	692	2,22%	0,19%	580	1,86%	0,16%	457	1,55%	0,17%
Segurança e medicina do trabalho	366	1,17%	0,10%	494	1,50%	0,14%	388	1,25%	0,14%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	166	0,53%	0,05%	147	0,47%	0,04%	127	0,43%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (vale transporte / seguro de vida)	176	0,56%	0,05%	157	0,50%	0,04%	136	0,46%	0,05%
<b>Total dos indicadores sociais internos</b>	<b>12.784</b>	<b>41,01%</b>	<b>3,60%</b>	<b>11.036</b>	<b>35,41%</b>	<b>3,16%</b>	<b>10.195</b>	<b>34,67%</b>	<b>3,88%</b>
<b>3 - Indicadores sociais externos</b>	<b>Valores RS mil</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valores RS mil</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valores RS mil</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	9	0,03%	0,00%	5	0,02%	0,00%	7	0,03%	0,00%
Cultura	3	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente	10	0,04%	0,00%	-	0,00%	0,00%	10	0,04%	0,00%
Saúde e saneamento	19	0,07%	0,01%	37	0,14%	0,01%	167	0,67%	0,06%
Esporte	5	0,02%	0,00%	3	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)	13	0,05%	0,00%	84	0,32%	0,02%	16	0,06%	0,01%
<b>Total dos contribuintes para a sociedade</b>	<b>59</b>	<b>0,22%</b>	<b>0,01%</b>	<b>129</b>	<b>0,49%</b>	<b>0,03%</b>	<b>200</b>	<b>0,80%</b>	<b>0,07%</b>
Tributos (excetuados encargos sociais)	99.470	383,00%	28,02%	131.122	504,88%	36,93%	97.321	387,58%	37,18%
<b>Total dos indicadores sociais externos</b>	<b>99.529</b>	<b>383,22%</b>	<b>28,02%</b>	<b>131.251</b>	<b>505,37%</b>	<b>36,97%</b>	<b>97.521</b>	<b>388,38%</b>	<b>37,25%</b>
<b>4 - Indicadores ambientais</b>	<b>Valores RS mil</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valores RS mil</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valores RS mil</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	28	0,11%	0,01%	19	0,07%	0,01%	16	0,06%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	23	0,09%	0,01%	26	0,10%	0,01%	18	0,07%	0,01%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>51</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,02%</b>	<b>45</b>	<b>0,17%</b>	<b>0,02%</b>	<b>34</b>	<b>0,13%</b>	<b>0,01%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 71 ( ) cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 71 ( ) cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 71 ( ) cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>	<b>2022</b>			<b>2021 (Reapresentado)</b>			<b>2020 (Reapresentado)</b>		
Nº de empregados (as) ao final do período	339			339			304		
Nº de admissões durante o período	40			62			14		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	60			62			62		
Nº de estagiários (as)	1			0			2		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	124			118			108		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	47			46			32		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,33%			14,29%			13,51%		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	168			167			141		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	33,33%			30,95%			32,43%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	11			11			10		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>	<b>2022</b>			<b>2021 (Reapresentado)</b>			<b>2020 (Reapresentado)</b>		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	32,72			28,22			28,22		
Número total de acidentes de trabalho	4			2			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa são definidos por:	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A participação privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) direção	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(X) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	(X) apoia	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na empresa: 1.031	No process: 04	Na justiça: 21	Na empresa: 821	No process: 1	Na justiça: 17	Na empresa: 647	No process: 1	Na justiça: 21
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa: 100%	No process: 75%	Na justiça: 32,25%	Na empresa: 100,00%	No process: 100,00%	Na justiça: 17,65%	Na empresa: 100,00%	No process: 100,00%	Na justiça: 60,00%
<b>Valor adicionado total a distribuir (em RS mil):</b>	<b>Em 2022: 234.480</b>			<b>Em 2021: 234.466</b>			<b>Em 2020: 193.757</b>		
Distribuição do valor adicionado (DVA):	Governo:	71,31%		Governo:	73,84%		Governo:	70,42%	
	Colaboradores (as):	13,03%		Colaboradores (as):	11,00%		Colaboradores (as):	12,53%	
	Acionistas:	8,47%		Acionistas:	7,68%		Acionistas:	8,15%	
	Terceiros:	5,01%		Terceiros:	4,79%		Terceiros:	4,23%	
Retido:	2,19%		Retido:	4,69%		Retido:	4,67%		
<b>7 - Outras Informações</b>	N/A - Não Aplicável.								

A Administração.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**Balancos patrimoniais – Ativo**

**Empresa Luz e Força Santa Maria S/A**  
**Balancos patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1º de janeiro de 2021**  
*(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6	01/01/2021 Reapresentado Nota 2.6
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.301	39.812	45.514
Consumidores	6	41.027	37.795	38.232
Concessionárias e permissionárias	16	172	-	-
Tributos correntes	7.1	2.129	15.330	18.231
Almoxarifado operacional	8	1.740	1.492	1.401
Ativos financeiros setoriais	9	940	42.327	11.874
Despesas pagas antecipadamente	31.1	339	209	201
Reembolsos do fundo da CDE	10	2.968	23.198	5.351
Outros ativos circulantes	11	830	691	487
<b>Total do circulante</b>		<b>99.446</b>	<b>160.854</b>	<b>121.291</b>
<b>Não circulante</b>				
Tributos correntes	7.1	1.154	1.009	17.674
Depósitos judiciais e cauções	19.1	34	80	130
Outros ativos não circulantes	11	1.195	787	472
Ativo financeiro indenizável	12.1	12.813	10.126	6.381
Ativo contratual	12.2	15.086	12.851	9.562
Intangível	13	130.353	127.581	126.111
Direito de uso de ativos	14.1	5.042	6.051	7.060
<b>Total do não circulante</b>		<b>165.677</b>	<b>158.485</b>	<b>167.390</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>265.123</b>	<b>319.339</b>	<b>288.681</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balancos patrimoniais – Passivo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A  
Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6	01/01/2021 Reapresentado Nota 2.6
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	15	25.353	24.712	18.667
Concessionárias e permissionárias	16	-	9.361	9.332
Passivo de arrendamentos	14.2	1.080	925	656
Empréstimos e financiamentos	17	640	26.568	1.397
Obrigações sociais e trabalhistas	18	9.849	8.708	8.150
Tributos correntes	7.1	6.682	11.583	11.065
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	23.4	15.195	13.838	11.959
Encargos setoriais	20	5.629	5.471	4.179
Consumidores	21	5.617	15.937	16.312
Provisões	19	-	1.052	300
Outros passivos circulantes	22	2.596	2.019	1.785
<b>Total do circulante</b>		<b>72.641</b>	<b>120.174</b>	<b>83.802</b>
<b>Não circulante</b>				
Passivo de arrendamentos	14.2	5.252	6.332	7.257
Empréstimos e financiamentos	17	368	1.008	2.050
Tributos correntes	7.1	5.570	5.935	6.578
Tributos diferidos	7.2	2.012	2.297	2.014
Provisões	19	356	120	427
Consumidores	21	-	7.009	23.379
Outros passivos não circulantes	22	1.012	57	30
<b>Total do não circulante</b>		<b>14.570</b>	<b>22.758</b>	<b>41.735</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	23.1	135.000	130.000	120.000
Reservas de lucro	23.3	42.912	46.407	43.144
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>177.912</b>	<b>176.407</b>	<b>163.144</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>265.123</b>	<b>319.339</b>	<b>288.681</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A  
 Demonstrações dos resultados dos exercícios  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020  
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6	31/12/2020 Reapresentado Nota 2.6
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<b>303.912</b>	<b>355.021</b>	<b>261.776</b>
<b>Custos dos serviços</b>	25	<b>(258.946)</b>	<b>(309.726)</b>	<b>(217.652)</b>
Custo com energia elétrica		(190.477)	(249.820)	(165.693)
Custo de operação		(49.153)	(43.117)	(37.912)
Custo de construção		(19.316)	(16.789)	(14.047)
<b>Lucro bruto</b>		<b>44.966</b>	<b>45.295</b>	<b>44.124</b>
Despesas operacionais	25	(22.437)	(19.324)	(19.014)
<b>Lucro operacional</b>		<b>22.529</b>	<b>25.971</b>	<b>25.110</b>
<b>Resultado financeiro</b>	26	<b>6.797</b>	<b>11.235</b>	<b>3.118</b>
Receitas financeiras		18.551	17.773	11.307
Despesas financeiras		(11.754)	(6.538)	(8.189)
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>29.326</b>	<b>37.206</b>	<b>28.228</b>
<b>Impostos</b>	27	<b>(4.330)</b>	<b>(8.215)</b>	<b>(3.400)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.615)	(7.793)	(5.406)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		285	(422)	2.006
<b>Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias</b>		<b>24.996</b>	<b>28.991</b>	<b>24.828</b>
Participações estatutárias	30	(2.975)	(3.037)	(2.755)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>22.021</b>	<b>25.954</b>	<b>22.073</b>
<b>Lucro por ação</b>	23.2	<b>4,28</b>	<b>5,04</b>	<b>4,45</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Empresa Luz e Força Santa Maria S/A**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1º de janeiro de 2021**  
*(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total	
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal			Reserva de retenção de lucros
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021 - Publicado</b>	<b>120.000</b>	<b>2.356</b>	<b>7.968</b>	<b>5.971</b>	<b>25.888</b>	<b>-</b>	<b>163.183</b>
Ajuste por refazimento (Nota 2.6)	-	-	-	-	961	-	961
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021 - Reapresentado</b>	<b>120.000</b>	<b>2.356</b>	<b>7.968</b>	<b>5.971</b>	<b>26.849</b>	<b>-</b>	<b>163.144</b>
Aumento do capital social	10.000	(2.054)	-	-	(1.887)	-	6.059
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(270)	-	270	-	-
Provisões e reversões de provisões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	-	(81)	-	(81)
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	-	-	-	-	-	29.019	29.019
Ajuste por refazimento (Nota 2.6)	-	-	-	-	(3.065)	-	(3.065)
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	3.145	-	-	-	(3.145)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.228	-	(1.228)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	1.315	-	-	(1.315)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	8.364	(8.364)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(3.702)	(7.442)	(11.144)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(7.525)	(7.525)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado</b>	<b>130.000</b>	<b>3.447</b>	<b>9.013</b>	<b>7.199</b>	<b>26.748</b>	<b>-</b>	<b>176.407</b>
Aumento do capital social	5.000	(2.468)	-	-	(2.532)	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(9.013)	-	9.013	-	-
Provisões e reversões de provisões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	-	(144)	-	(144)
Reservas de incentivos fiscais	-	(529)	-	-	-	-	(529)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.021	22.021
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	1.751	-	-	-	(1.751)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.014	-	(1.014)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	2.371	(2.371)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(2.958)	(5.625)	(8.583)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(11.260)	(11.260)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>135.000</b>	<b>2.201</b>	<b>-</b>	<b>8.213</b>	<b>32.498</b>	<b>-</b>	<b>177.912</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**
**Empresa Luz e Força Santa Maria S/A**
**Demonstrações dos fluxos de caixa**
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020**
*(Em milhares de reais)*

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
			Reapresentado	Reapresentado
			Nota 2.6	Nota 2.6
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes dos impostos		29.326	37.206	28.228
<b>Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa</b>				
Amortização	13	8.975	8.562	8.083
Amortização do direito de uso	14.1	1.009	1.009	1.009
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	26	(758)	(3.407)	(722)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	26	558	305	76
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	26	327	(1.510)	(248)
Resultado com derivativos - <i>Swap</i>	26	4.215	181	(2.470)
Valor justo do ativo financeiro indenizável	24	(622)	(1.992)	(250)
Provisões	25	1.028	1.129	378
Devolução de incentivo fiscal - Portaria nº 3.114/2019		-	-	(268)
Provisão / reversão de provisão - Gratificação administradores		(673)	(81)	1.650
		<b>43.385</b>	<b>41.402</b>	<b>35.466</b>
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>				
Consumidores	6	(3.169)	540	(6.729)
Concessionárias e permissionárias	16	(172)	-	11.198
Tributos compensáveis	7	13.055	19.566	11.446
Almoxarifado operacional	8	(248)	(91)	32
Despesas pagas antecipadamente	31.1	(130)	(8)	14
Depósitos judiciais e cauções	19.1	46	50	(21)
Ativos financeiros setoriais, líquidos	9	42.145	(27.046)	(5.961)
Reembolsos do fundo da CDE	10	19.903	(16.337)	16.202
Outros ativos	11	(1.329)	(985)	(31)
		<b>70.101</b>	<b>(24.311)</b>	<b>26.150</b>
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>				
Fornecedores	15	641	6.045	1.338
Arrendamentos	14.2	(925)	(656)	(156)
Concessionárias e permissionárias	16	(9.361)	29	-
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.141	558	374
Tributos	7	(5.551)	158	462
Encargos setoriais	20	(400)	987	1.252
Consumidores	21	(17.329)	(16.745)	(9.178)
Liquidações de litígios	19	(110)	(321)	(398)
Outros passivos	22	518	261	259
		<b>(31.376)</b>	<b>(9.684)</b>	<b>(6.047)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>				
		<b>82.110</b>	<b>7.407</b>	<b>55.569</b>
Imposto de renda e contribuição social	27	(4.330)	(8.215)	(3.400)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>				
		<b>77.780</b>	<b>(808)</b>	<b>52.169</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Adições ao ativo contratual	12.2	(17.042)	(17.056)	(10.022)
Baixas do intangível	13	995	1.982	799
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>				
		<b>(16.047)</b>	<b>(15.074)</b>	<b>(9.223)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital		-	6.059	-
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	23.4	(18.486)	(16.790)	(16.687)
Participações estatutárias	30	(2.975)	(3.037)	(2.755)
Captação de empréstimos e financiamentos	17.3	-	24.900	-
Amortização de principal e encargos sobre empréstimos e financiamentos	17.3	(29.142)	(1.526)	(13.166)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	26	(1.641)	574	2.946
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>				
		<b>(52.244)</b>	<b>10.180</b>	<b>(29.662)</b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa</b>				
		<b>9.489</b>	<b>(5.702)</b>	<b>13.284</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		39.812	45.514	32.230
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		49.301	39.812	45.514
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa</b>				
		<b>9.489</b>	<b>(5.702)</b>	<b>13.284</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do valor adicionado

### Empresa Luz e Força Santa Maria S/A Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6	31/12/2020 Reapresentado Nota 2.6
<b>Geração do valor adicionado</b>				
<b>Receitas</b>				
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	24	395.760	394.408	298.583
Outras receitas		44.218	102.554	76.624
Receitas relativas à construção de ativos próprios		19.316	16.789	14.047
		459.294	513.751	389.254
Penalidades DIC/FIC e outras	24	(334)	(278)	(201)
		458.960	513.473	389.053
Provisões	25	(1.028)	(1.129)	(378)
		<b>457.932</b>	<b>512.344</b>	<b>388.675</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custo da energia elétrica vendida	25	(190.477)	(249.820)	(165.693)
Materiais		(3.742)	(3.205)	(3.046)
Serviços de terceiros		(13.367)	(11.595)	(10.294)
Seguros		(477)	(369)	(380)
Custo de construção		(19.316)	(16.789)	(14.047)
Outros gastos operacionais		(5.934)	(5.715)	(3.666)
		<b>(233.313)</b>	<b>(287.493)</b>	<b>(197.126)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>224.619</b>	<b>224.851</b>	<b>191.549</b>
Amortização	25	(9.249)	(8.938)	(9.485)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>215.370</b>	<b>215.913</b>	<b>182.064</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	26	19.210	18.553	11.693
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>234.580</b>	<b>234.466</b>	<b>193.757</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta	25.2	23.943	19.793	19.093
Benefícios		4.816	4.522	3.748
FGTS		1.799	1.477	1.431
		<b>30.558</b>	<b>25.792</b>	<b>24.272</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	24; 25; 25.2, 26 e 27	46.818	53.391	38.265
Estaduais		58.921	83.007	64.101
Municipais		200	94	78
		<b>105.939</b>	<b>136.492</b>	<b>102.444</b>
<b>Outras obrigações</b>				
Obrigações intrassetoriais	24	61.333	36.653	34.024
		<b>61.333</b>	<b>36.653</b>	<b>34.024</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>				
Juros	26	11.754	6.538	8.189
		<b>11.754</b>	<b>6.538</b>	<b>8.189</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Juros sobre o capital próprio	23.4	11.260	7.525	7.129
Dividendos declarados	23.4	5.625	7.442	5.899
		<b>16.885</b>	<b>14.967</b>	<b>13.028</b>
Participações estatutárias	30	2.975	3.037	2.755
Lucros retidos		5.136	10.987	9.045
		<b>8.111</b>	<b>14.024</b>	<b>11.800</b>
		<b>234.580</b>	<b>234.466</b>	<b>193.757</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### **Empresa Luz e Força Santa Maria S/A** **Notas explicativas às demonstrações financeiras do** **exercício social findo em 31 de dezembro de 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **1. Contexto operacional**

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045, atuando em 11 municípios no Estado do Espírito Santo, com uma área de concessão de 4.994 km<sup>2</sup>. As atividades da Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

##### **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica**

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalizar o cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

A concessão poderá ser extinta pelo advento do termo contratual, pela encampação do serviço, pela caducidade, pela rescisão, e por irregularidades ou falência da concessionária.

#### **2. Base de preparação**

##### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 933/2021, e demais normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Resultados de 2022

A Companhia elaborou de forma espontânea a Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), nos termos do Pronunciamento Técnico nº 09 do CPC, as quais não são requeridas para empresas de capital fechado, sendo apresentada como parte suplementar nas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2023.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota Explicativa nº 24); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Nota Explicativa nº 24); (iii) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão, e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão (vida útil dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas Explicativas nº 12.1 e 13); (iv) a análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6); (v) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota Explicativa nº 19); (vi) valores a compensar e/ou repassar da Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 9); e (vii) reconhecimento do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos (Nota Explicativa nº 14).

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.5 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

### 2.6 Reapresentação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva de saldos apresentados no balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado relativos ao exercício social findo em 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 originalmente aprovados pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2022. As reapresentações efetuadas alteraram o total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício e foram tratadas no exercício de 2022 de acordo com a NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, conforme segue:

Balancos patrimoniais - ativo	Ref.	31/12/2021			01/01/2021		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Ativos financeiros setoriais	(a)/(b)	54.910	(12.583)	42.327	14.450	(2.576)	11.874
Ativos circulantes não impactados		118.527	-	118.527	109.417	-	109.417
<b>Total do circulante</b>		<b>173.437</b>	<b>(12.583)</b>	<b>160.854</b>	<b>123.867</b>	<b>(2.576)</b>	<b>121.291</b>
<b>Não circulante</b>							
Direito de uso de ativos	(c)	-	6.051	6.051	-	7.060	7.060
Ativos não circulantes não impactados		152.434	-	152.434	160.330	-	160.330
<b>Total do não circulante</b>		<b>152.434</b>	<b>6.051</b>	<b>158.485</b>	<b>160.330</b>	<b>7.060</b>	<b>167.390</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>325.871</b>	<b>(6.532)</b>	<b>319.339</b>	<b>284.197</b>	<b>4.484</b>	<b>288.681</b>

## Resultados de 2022

Balancos patrimoniais - passivo		31/12/2021			01/01/2021		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Arrendamentos	(c)	-	925	925	-	656	656
Encargos setoriais	(b)	14.810	(9.339)	5.471	6.478	(2.299)	4.179
Passivos circulantes não impactados		113.778	-	113.778	78.967	-	78.967
<b>Total do circulante</b>		<b>128.588</b>	<b>(8.414)</b>	<b>120.174</b>	<b>85.445</b>	<b>(1.643)</b>	<b>83.802</b>
<b>Não circulante</b>							
Arrendamentos	(c)	-	6.332	6.332	-	7.257	7.257
Tributos	(d)	10.578	(4.643)	5.935	10.683	(4.105)	6.578
Tributos diferidos	(d)	-	2.297	2.297	-	2.014	2.014
Passivos não circulantes não impactados		8.194	-	8.194	25.886	-	25.886
<b>Total do não circulante</b>		<b>18.772</b>	<b>3.986</b>	<b>22.758</b>	<b>36.569</b>	<b>5.166</b>	<b>41.735</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		130.000	-	130.000	120.000	-	120.000
Reservas de lucro		48.511	(2.104)	46.407	42.183	961	43.144
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>178.511</b>	<b>(2.104)</b>	<b>176.407</b>	<b>162.183</b>	<b>961</b>	<b>163.144</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>325.871</b>	<b>(6.532)</b>	<b>319.339</b>	<b>284.197</b>	<b>4.484</b>	<b>288.681</b>

Demonstração do resultado do exercício	Ref.	31/12/2021			31/12/2020		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
Receita operacional líquida	(a)	357.988	(2.967)	355.021	262.053	(277)	261.776
Custos dos serviços	(c)	(309.960)	234	(309.726)	(218.118)	466	(217.652)
Despesas operacionais		(19.324)	-	(19.324)	(19.014)	-	(19.014)
Resultado financeiro	(c)	11.822	(587)	11.235	4.437	(1.319)	3.118
Impostos	(d)	(8.470)	255	(8.215)	(5.491)	2.091	(3.400)
Participações estatutárias		(3.037)	-	(3.037)	(2.755)	-	(2.755)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>29.019</b>	<b>(3.065)</b>	<b>25.954</b>	<b>21.112</b>	<b>961</b>	<b>22.073</b>

Demonstrações dos fluxos de caixa	Ref.	31/12/2021			31/12/2020		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>							
Lucro antes dos impostos	(a)/(c)	40.526	(3.320)	37.206	29.358	(1.130)	28.228
<b>Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa</b>							
Amortização do direito de uso	(c)	-	1.009	1.009	-	1.009	1.009
Ajustes das receitas/despesas não impactados		3.187	-	3.187	6.229	-	6.229
		<b>43.713</b>	<b>(2.311)</b>	<b>41.402</b>	<b>35.587</b>	<b>(121)</b>	<b>35.466</b>
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>							
Ativos financeiros setoriais, líquidos	(a)	(37.053)	10.007	(27.046)	(6.238)	277	(5.961)
Variações não impactadas		2.735	-	2.735	32.111	-	32.111
		<b>(34.318)</b>	<b>10.007</b>	<b>(24.311)</b>	<b>25.873</b>	<b>277</b>	<b>26.150</b>
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>							
Arrendamentos	(c)	-	(656)	(656)	-	(156)	(156)
Tributos	(d)	413	(255)	158	2.553	(2.091)	462
Encargos setoriais		8.027	(7.040)	987	1.252	-	1.252
Variações não impactadas		(10.173)	-	(10.173)	(7.605)	-	(7.605)
		<b>(1.733)</b>	<b>(7.951)</b>	<b>(9.684)</b>	<b>(3.800)</b>	<b>(2.247)</b>	<b>(6.047)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>7.662</b>	<b>(255)</b>	<b>7.407</b>	<b>57.660</b>	<b>(2.091)</b>	<b>55.569</b>
Imposto de renda e contribuição social	(d)	(8.470)	255	(8.215)	(5.491)	2.091	(3.400)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>(808)</b>	<b>-</b>	<b>(808)</b>	<b>52.169</b>	<b>-</b>	<b>52.169</b>
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>		<b>(15.074)</b>	<b>-</b>	<b>(15.074)</b>	<b>(9.223)</b>	<b>-</b>	<b>(9.223)</b>
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>10.180</b>	<b>-</b>	<b>10.180</b>	<b>(29.662)</b>	<b>-</b>	<b>(29.662)</b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(5.702)</b>	<b>-</b>	<b>(5.702)</b>	<b>13.284</b>	<b>-</b>	<b>13.284</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.514	-	45.514	32.230	-	32.230
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		39.812	-	39.812	45.514	-	45.514
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(5.702)</b>	<b>-</b>	<b>(5.702)</b>	<b>13.284</b>	<b>-</b>	<b>13.284</b>

## Resultados de 2022

Demonstrações do valor adicionado	Ref.	31/12/2021			31/12/2020		
		Publicado	Reapresentações	Reapresentado	Publicado	Reapresentações	Reapresentado
<b>Geração do valor adicionado</b>							
<b>Receitas</b>							
Outras receitas	(a)/(b)	112.561	(10.007)	102.554	76.901	(277)	76.624
Receitas não impactadas		411.197	-	411.197	312.630	-	312.630
		523.758	(10.007)	513.751	389.531	(277)	389.254
Penalidades DIC/FIC e outras		(278)	-	(278)	(201)	-	(201)
		523.480	(10.007)	513.473	389.330	(277)	389.053
Provisões		(1.129)	-	(1.129)	(378)	-	(378)
		<b>522.351</b>	<b>(10.007)</b>	<b>512.344</b>	<b>388.952</b>	<b>(277)</b>	<b>388.675</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>							
Outros gastos operacionais	(c)	(5.603)	(112)	(5.715)	(4.784)	1.118	(3.666)
Insumos adquiridos de terceiros não impactados		(281.778)	-	(281.778)	(193.460)	-	(193.460)
		<b>(287.381)</b>	<b>(112)</b>	<b>(287.493)</b>	<b>(198.244)</b>	<b>1.118</b>	<b>(197.126)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>234.970</b>	<b>(10.119)</b>	<b>224.851</b>	<b>190.708</b>	<b>841</b>	<b>191.549</b>
Amortização	(c)	(7.929)	(1.009)	(8.938)	(7.469)	(2.016)	(9.485)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>227.041</b>	<b>(11.128)</b>	<b>215.913</b>	<b>183.239</b>	<b>(1.175)</b>	<b>182.064</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>							
Receitas financeiras		18.553	-	18.553	11.693	-	11.693
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>245.594</b>	<b>(11.128)</b>	<b>234.466</b>	<b>194.932</b>	<b>(1.175)</b>	<b>193.757</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>							
<b>Pessoal</b>							
Pessoal - valores não impactados		25.792	-	25.792	24.272	-	24.272
		<b>25.792</b>	<b>-</b>	<b>25.792</b>	<b>24.272</b>	<b>-</b>	<b>24.272</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>							
Federais	(d)	53.646	(255)	53.391	40.356	(2.091)	38.265
Impostos, taxas e contribuições - valores não impactados		83.101	-	83.101	64.179	-	64.179
		<b>136.747</b>	<b>(255)</b>	<b>136.492</b>	<b>104.535</b>	<b>(2.091)</b>	<b>102.444</b>
<b>Outras obrigações</b>							
Obrigações intrassetoriais	(b)	43.693	(7.040)	36.653	34.024	-	34.024
		<b>43.693</b>	<b>(7.040)</b>	<b>36.653</b>	<b>34.024</b>	<b>-</b>	<b>34.024</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>							
Juros	(c)	5.951	587	6.538	6.870	1.319	8.189
Aluguéis	(c)	1.355	(1.355)	-	1.364	(1.364)	-
		<b>7.306</b>	<b>(768)</b>	<b>6.538</b>	<b>8.234</b>	<b>(45)</b>	<b>8.189</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>							
Lucros retidos	(a)/(c)/(d)	14.052	(3.065)	10.987	8.084	961	9.045
Remuneração de capitais próprios - valores não impactados		18.004	-	18.004	15.783	-	15.783
		<b>32.056</b>	<b>(3.065)</b>	<b>28.991</b>	<b>23.867</b>	<b>961</b>	<b>24.828</b>
		<b>245.594</b>	<b>(11.128)</b>	<b>234.466</b>	<b>194.932</b>	<b>(1.175)</b>	<b>193.757</b>

- (a) Trata-se dos valores oriundos da exposição entre à variação do preço de compra e o de venda do montante excedente ao limite de 5% da necessidade total de energia da distribuidora. Os valores reapresentados se referem à sobrecontratação dos exercícios de 2019 e 2021 e, por permanecem pendentes de tratamento por parte da ANEEL, foram reconhecidos como provisões sob a ótica do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- (b) Trata-se da reclassificação do saldo referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias, conforme determinações do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 933/2021.
- (c) Em 2022 a Companhia reavaliou seus contratos de locação e concluiu que os contratos existentes continuam arrendamento. Desse modo, sob a ótica do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, houve o reconhecimento de um passivo de arrendamento em contrapartida ao ativo de direito de uso que representam respectivamente os pagamentos estabelecidos nos contratos vigentes e o direito de usufruir os benefícios econômicos gerados pelo ativo subjacente.
- (d) Refere-se a apuração do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a diferenças temporárias dedutíveis (perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências).

### 3. Sumário das principais práticas e mudanças nas políticas contábeis

#### 3.1 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas se encontram descritas em detalhes nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### 3.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), conforme demonstrado abaixo:

##### 3.2.1 Novas normas emitidas

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data de vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	01/01/2022

As normas contábeis que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

## Resultados de 2022

### 3.2.2 Novas normas emitidas e ainda não vigentes

As normas novas e normas alteradas, emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data de vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i> ).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

As normas contábeis que entram em vigor em 1º de janeiro de 2023 não deverão causar efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

## **4. Eventos significativos no exercício**

### **4.1 Normativos emitidos em 2022 que impactaram a Companhia**

#### **4.1.1 *Lei nº 14.385/2022***

Em 27 de junho de 2022, foi sancionada a Lei nº 14.385/2022, que disciplina a devolução aos consumidores de energia elétrica, dos valores relacionados as ações judiciais que versam sobre a retirada do ICMS da base do PIS/COFINS. A Lei determinou que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários.

Desse modo, as devoluções desses créditos que anteriormente eram feitos pela Companhia mediante crédito individualizado lançado diretamente nas faturas de energia elétrica, passaram a compor, a partir do reajuste tarifário ocorrido em setembro de 2022, a tarifa de energia elétrica. O impacto desta devolução nas tarifas reajustadas foi de -3,48%.

#### **4.1.2 *Despacho nº 1.959/2022***

Publicado em 21 de julho de 2022, o Despacho nº 1.959/2022, fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE, a serem repassados, no exercício de 2022, às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, referentes aos montantes aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021.

Conforme definido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Resolução CNPE nº 15/2021 prevê aportes anuais à CDE a serem realizados pela Eletrobras após sua desestatização até 2047. O repasse realizado no exercício de 2022, fixado por meio do Despacho nº 1.959/2022, foi de R\$ 8.064 e contribuiu com uma redução de 2,63% nas tarifas da Companhia.

#### **4.1.3 *Lei Complementar nº 194/2022***

A Lei Complementar nº 194/2022, de 23 de junho de 2022, introduziu alterações significativas no Código Tributário Nacional (CTN – Lei nº 5.172/1966) e na Lei Kandir (LC nº 87/1996) ao reconhecer como essenciais os serviços relacionados à energia elétrica. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Companhia limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 17% nas transações abrangidas pela referida lei. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS.

## **4.2 Assuntos regulatórios**

### **4.2.1 *Reajuste tarifário anual de 2022***

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.105, de 20 de setembro de 2022, a ANEEL homologou o índice de reajuste tarifário anual da Companhia em 20,04%, o qual corresponde ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da Santa Maria.

Na composição do reajuste, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em 15,50% enquanto a variação de custos de Parcela B, bem como o efeito dos componentes financeiros foram responsáveis pelo aumento de 2,42% e 2,12% na tarifa, respectivamente.

As tarifas reajustadas estarão em vigor no período de 22 de setembro de 2022 a 21 de setembro de 2023.

### 4.2.2 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, revogada pela Resolução Normativa nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com a finalidade de repassar aos consumidores os custos adicionais, não previstos nas tarifas, de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

Atualmente, existem quatro faixas de acionamento e adicionais de bandeiras determinados pela Resolução Homologatória nº 3.051 de 29 de junho de 2022: (i) vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 97,95/MWh; (ii) vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$ 65,00/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$ 29,89/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo.

Adicionalmente, no exercício de 2021, com o objetivo de custear os gastos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia decorrentes do cenário de escassez hídrica, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) determinou, através da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a criação da bandeira tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh. A cobrança, válida para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, (“SIN”), com exceção dos beneficiários da tarifa social, esteve vigente até 15 de abril de 2022, quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, em reunião ordinária realizada em 6 de abril de 2022, deliberou pela interrupção de sua cobrança a partir de 16 de abril de 2022.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2022 e 2021 foram:

Bandeira	2022	2021
	Meses	Meses
Verde	Abril a Dezembro	Dezembro
Amarela	-	Janeiro a Abril e Novembro
Vermelha - patamar 1	-	Maio
Vermelha - patamar 2	-	Junho a Outubro
Escassez Hídrica	Janeiro a Abril	Setembro a Dezembro

Em 2022, a Companhia faturou R\$ 19.689 (R\$ 32.950 em 2021) a título de bandeiras tarifárias. Adicionalmente, R\$ 7.694 (R\$ 1.965 em 2021) foram recebidos através de repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

### 4.2.3 Nível contratual

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

## Resultados de 2022

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar o seu portfólio.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

<b>Composição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	3.807	1.313
Aplicações financeiras de curto prazo	45.494	38.499
<b>Total</b>	<b>49.301</b>	<b>39.812</b>

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 equivale a 101,13% do CDI (99,28% em 2021).

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.1(f).

As aplicações financeiras são contratadas substancialmente com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado, e existe compromisso de recompra do CDB pelas instituições financeiras emissoras.

### 6. Consumidores

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e participação financeira do consumidor. A energia não faturada é apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio histórico dos últimos três meses de faturamento.

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, e estão apresentados pelo seu valor presente ajustado pela redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD.

Classe de consumo	Valores correntes							Valores renegociados							31/12/2022	31/12/2021	
	Vincendos (i)		Vencidos					PECLD (ii)	Total	Vincendos		Vencidos					Total
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD (ii)					
<b>Fornecimento faturado</b>																	
Residencial	6.100	4.220	49	28	401	(522)	10.276	45	88	30	119	(129)	153	10.429	11.477		
Comercial, serviços e outros	3.504	1.501	65	193	467	(732)	4.998	90	158	43	81	(80)	292	5.290	6.410		
Industrial	1.723	789	4	14	794	(805)	2.519	9	24	7	429	(401)	68	2.587	4.203		
Rural	1.475	3.014	133	42	162	(193)	4.633	50	48	34	57	(23)	166	4.799	1.786		
Poder Público	963	9	15	-	7	(7)	987	-	-	-	4	(2)	2	989	1.211		
Iluminação Pública	766	-	-	-	-	-	766	-	-	-	-	-	-	766	1.187		
Serviço Público	901	210	-	-	-	-	1.111	4	-	-	-	-	4	1.115	988		
<b>Subtotal</b>	<b>15.432</b>	<b>9.743</b>	<b>266</b>	<b>277</b>	<b>1.831</b>	<b>(2.259)</b>	<b>25.290</b>	<b>198</b>	<b>318</b>	<b>114</b>	<b>690</b>	<b>(635)</b>	<b>685</b>	<b>25.975</b>	<b>27.262</b>		
Fornecimento não faturado	14.278	-	-	-	-	-	14.278	-	-	-	-	-	-	14.278	9.552		
Serviços cobráveis	120	-	-	-	-	-	120	-	-	-	-	-	-	120	171		
Participação financeira	654	-	-	-	-	-	654	-	-	-	-	-	-	654	810		
<b>Total</b>	<b>30.484</b>	<b>9.743</b>	<b>266</b>	<b>277</b>	<b>1.831</b>	<b>(2.259)</b>	<b>40.342</b>	<b>198</b>	<b>318</b>	<b>114</b>	<b>690</b>	<b>(635)</b>	<b>685</b>	<b>41.027</b>	<b>37.795</b>		

- (i) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;
- (ii) Os valores relativos à PECLD foram constituídos com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento. Para a mensuração e reconhecimento dos valores, foi aplicado um percentual calculado a partir do histórico de inadimplência segregados pelos parâmetros de: (i) classe de consumo; (ii) data de faturamento; (iii) data de vencimento e (iv) data de arrecadação. Os valores reconhecidos refletem a melhor expectativa da Administração e são considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Com base nos estudos realizados pela Companhia, segue abaixo o percentual de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo:

Consumidores	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	0,15%	0,10%
Industrial	0,11%	0,28%
Comercial	0,42%	0,03%
Rural	0,12%	0,04%
Poder Público	0,00%	0,00%
Iluminação Pública	0,00%	0,00%
Serviço Público	0,00%	0,00%

## Resultados de 2022

### 7. Tributos

#### 7.1 Tributos Correntes

Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher m 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

Composição	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos Compensáveis</b>				
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	527	82	-	-
Imposto de Renda - IRPJ	448	-	-	-
Programa de integração social - PIS	164	2.665	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	266	11.975	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	711	596	1.154	1.009
Outros	13	12	-	-
<b>Total</b>	<b>2.129</b>	<b>15.330</b>	<b>1.154</b>	<b>1.009</b>
<b>Passivos a Recolher</b>				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	275	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	181	-	-
Programa de integração social - PIS	192	85	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	894	417	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.090	8.071	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	39	19	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	675	549	-	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	245	195	-	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.607	932	-	-
Parcelamentos	940	859	5.570	5.935
<b>Total</b>	<b>6.682</b>	<b>11.583</b>	<b>5.570</b>	<b>5.935</b>

## Resultados de 2022

Movimentação	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualizações Monetárias	Pagamentos	Compensações	Transferências	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativos Compensáveis</b>								
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	82	700	34	-	(289)	-	527
Imposto de Renda - IRPJ	(a)	-	1.024	6	-	(582)	-	448
Programa de integração social - PIS	(b)	2.665	3.566	191	-	(2.692)	(3.566)	164
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	11.975	16.427	859	-	(12.568)	(16.427)	266
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(c)	1.605	868	-	-	-	(608)	1.865
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		-	1.179	-	-	(1.179)	-	-
Outros		12	374	-	-	(251)	(122)	13
<b>Total</b>		<b>16.339</b>	<b>24.138</b>	<b>1.090</b>	<b>-</b>	<b>(17.561)</b>	<b>(20.723)</b>	<b>3.283</b>
<b>Passivos a Recolher</b>								
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ		275	2.883	126	(3.284)	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL		181	1.946	-	(2.127)	-	-	-
Programa de integração social - PIS		85	6.386	-	(2.691)	-	(3.588)	192
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		417	29.572	2	(12.570)	-	(16.527)	894
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		8.071	59.652	-	(65.025)	-	(608)	2.090
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN		19	323	-	(286)	(17)	-	39
Instituto nacional de seguridade social - INSS		549	8.276	-	(8.139)	(11)	-	675
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS		195	2.003	-	(1.953)	-	-	245
Impostos e contribuições retidos na fonte		932	4.763	-	(4.088)	-	-	1.607
Parcelamentos	(d)	6.794	-	616	(900)	-	-	6.510
<b>Total</b>		<b>17.518</b>	<b>115.804</b>	<b>744</b>	<b>(101.063)</b>	<b>(28)</b>	<b>(20.723)</b>	<b>12.252</b>

- (a) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** Refere-se ao (i) saldo negativo de CSLL apurado no exercício 2016 pendente de restituição e ao (ii) saldo negativo de IRPJ e CSLL referentes ao exercício de 2022.
- (b) **Programa de integração social e Contribuição para o financiamento da seguridade social:** As adições e transferências para o passivo no período se referem aos créditos apurados conforme as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003. Por sua vez, as atualizações monetárias e compensações ocorridas ao longo do exercício de 2022 se referem ao direito de recuperar os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.
- (c) **Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços:** Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês.
- (d) **Parcelamentos:** O saldo circulante e não circulante se refere ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrente da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre as participações estatutárias. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação para o abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa Selic.

## 7.2 Tributos Diferidos

Se referem ao imposto de renda e contribuição social registrados sobre as diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Composição	Ativo Não circulante			Passivo Não circulante		
		31/12/2021	01/01/2021		31/12/2021	01/01/2021
	31/12/2022	Reapresentado	Reapresentado	31/12/2022	Reapresentado	Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social	2.703	2.346	2.091	4.715	4.643	4.105
<b>Total</b>	<b>2.703</b>	<b>2.346</b>	<b>2.091</b>	<b>4.715</b>	<b>4.643</b>	<b>4.105</b>

## Resultados de 2022

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
<b>Diferenças temporárias</b>							
PECLD		2.219	1.948	1.844			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		121	398	247			
Ressarcimento de benefício		363	-	-			
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	-	-	-	4.715	4.643	4.105
<b>Total das diferenças temporárias</b>		<b>2.703</b>	<b>2.346</b>	<b>2.091</b>	<b>4.715</b>	<b>4.643</b>	<b>4.105</b>
Compensação entre ativos e passivos diferidos		(2.703)	(2.346)	(2.091)	(2.703)	(2.346)	(2.091)
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.012</b>	<b>2.297</b>	<b>2.014</b>

(a) Refere-se ao diferimento dos tributos apurados sobre as receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação do ativo financeiro indenizável da concessão com base no valor justo e suas atualizações, bem como sobre a parcela transferida do ativo financeiro indenizável para o intangível quando da renovação do contrato de concessão da Companhia, ocorrida em 2015, que prorrogou o prazo por mais 30 anos, com vigência até 7 de julho de 2045.

## 8. Almoxarifado operacional

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização. O saldo de R\$ 1.740 (R\$ 1.492 em 2021) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição da Companhia, e está assim representado:

Composição	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação	1.322	1.239
Adiantamentos a fornecedores	413	248
Outros	5	5
<b>Total</b>	<b>1.740</b>	<b>1.492</b>

## 9. Ativos financeiros setoriais

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

## Resultados de 2022

No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado
<b>Saldos iniciais</b>	<b>42.327</b>	<b>11.874</b>	<b>5.191</b>
Constituição	(57.603)	6.230	33.117
Amortização	25.092	20.816	(5.250)
Atualização	758	3.407	722
Recebimento Conta Covid	-	-	(21.906)
Recebimento Conta Escassez Hídrica	(3.757)	-	-
Devolução dos créditos PIS/COFINS	(6.500)	-	-
Outros financeiros	623	-	-
<b>Saldos finais</b>	<b>940</b>	<b>42.327</b>	<b>11.874</b>

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

	Saldos em 31/12/2021 Reapresentado	Receita operacional líquida		Resultado financeiro	Recebimento Escassez Hídrica (vii)	Créditos de PIS/COFINS (viii)	Outros itens financeiros (ix)	Saldos em 31/12/2022	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (v)
		Constituição	Amortização	Atualização							
<b>Ativos financeiros setoriais líquidos</b>											
<b>Itens da Parcela A (i)</b>	<b>55.580</b>	<b>(18.459)</b>	<b>(21.560)</b>	<b>1.525</b>	<b>(3.757)</b>	-	-	<b>13.329</b>	<b>(2.744)</b>	<b>16.160</b>	<b>(87)</b>
Aquisição de energia	32.607	(25.306)	(8.333)	(1.448)	(1.397)	-	-	(3.877)	(5.211)	743	591
Proinfa	710	1.922	(1.162)	286	-	-	-	1.756	(144)	1.996	(96)
Transporte rede básica	1.926	1.327	(1.877)	233	-	-	-	1.609	930	608	71
Transporte Itaipu	351	781	(390)	154	-	-	-	896	436	461	(1)
ESS	20.443	(10.746)	(5.835)	410	(2.360)	-	-	1.912	94	1.961	(143)
CDE	(457)	13.563	(3.963)	1.890	-	-	-	11.033	1.151	10.391	(509)
<b>Componentes financeiros</b>	<b>(13.253)</b>	<b>(39.144)</b>	<b>46.652</b>	<b>(767)</b>	-	<b>(6.500)</b>	<b>623</b>	<b>(12.389)</b>	<b>(3.656)</b>	<b>(8.733)</b>	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	(3.961)	94	3.883	93	-	-	-	109	(2.573)	2.682	-
Sobrecontratação de energia (iii)	2.872	2.223	(1.049)	(30)	-	-	-	4.016	300	3.716	-
Outros itens financeiros	-	(12.123)	5.223	(636)	-	(6.500)	623	(13.413)	104	(13.517)	-
Ultrapassagem de demanda (iv)	(745)	(382)	451	(41)	-	-	-	(717)	(365)	(352)	-
Excedente de reativos (iv)	(2.080)	(1.573)	1.424	(153)	-	-	-	(2.382)	(1.120)	(1.262)	-
Bandeiras Tarifárias (vi)	(9.339)	(27.383)	36.720	-	-	-	-	(2)	(2)	-	-
<b>Total dos ativos financeiros setoriais líquidos</b>	<b>42.327</b>	<b>(57.603)</b>	<b>25.092</b>	<b>758</b>	<b>(3.757)</b>	<b>(6.500)</b>	<b>623</b>	<b>940</b>	<b>(6.400)</b>	<b>7.427</b>	<b>(87)</b>

	Saldos em 01/01/2021 Reapresentado	Receita operacional líquida		Resultado financeiro	Saldos em 31/12/2021 Reapresentado	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (v)
		Constituição	Amortização	Atualização				
<b>Ativos financeiros setoriais líquidos</b>								
<b>Itens da Parcela A (i)</b>	<b>17.608</b>	<b>43.217</b>	<b>(8.915)</b>	<b>3.670</b>	<b>55.580</b>	<b>40.477</b>	<b>15.071</b>	<b>32</b>
Aquisição de energia	13.692	21.896	(5.453)	2.472	32.607	24.803	7.790	14
Proinfa	19	775	(141)	57	710	308	399	3
Transporte rede básica	703	1.680	(579)	122	1.926	324	1.604	(2)
Transporte Itaipu	125	335	(121)	12	351	144	206	1
ESS	1.986	19.309	(1.935)	1.083	20.443	15.340	5.084	19
CDE	1.083	(778)	(686)	(76)	(457)	(442)	(12)	(3)
<b>Componentes financeiros</b>	<b>(5.734)</b>	<b>(36.987)</b>	<b>29.731</b>	<b>(263)</b>	<b>(13.253)</b>	<b>(6.690)</b>	<b>(6.563)</b>	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	(865)	(2.400)	(540)	(156)	(3.961)	957	(4.918)	-
Sobrecontratação de energia (iii)	(114)	1.801	1.176	9	2.872	3.259	(387)	-
Outros itens financeiros	164	-	(147)	(17)	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda (iv)	(785)	(311)	389	(38)	(745)	(429)	(316)	-
Excedente de reativos (iv)	(1.835)	(1.162)	978	(61)	(2.080)	(1.138)	(942)	-
Bandeiras Tarifárias (vi)	(2.299)	(34.915)	27.875	-	(9.339)	(9.339)	-	-
<b>Total dos ativos financeiros setoriais líquidos</b>	<b>11.874</b>	<b>6.230</b>	<b>20.816</b>	<b>3.407</b>	<b>42.327</b>	<b>33.787</b>	<b>8.508</b>	<b>32</b>

## Resultados de 2022

- (i) Itens da parcela A: a Portaria Interministerial dos Ministros de Minas e Energia (“MME”) e de Estado da Fazenda (“MF”) nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic.
- (ii) Neutralidade da Parcela A: refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic.
- (iii) Sobrecontratação/exposição involuntária de energia: a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (iv) Devoluções tarifárias: referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda (“UD”) e Excedente de Reativos (“ER”), disciplinadas pelo Submódulo 2.1A – Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 2.0C, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 1.003, de 01 de fevereiro de 2022.
- (v) Saldo a compensar: conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada.
- (vi) Bandeiras tarifárias: refere-se ao montante reconhecido de bandeiras tarifárias conforme Resolução Normativa nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021 (Nota Explicativa nº 4.2.2). O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias.
- (vii) Conta Escassez Hídrica: refere-se ao montante recebido com o objetivo de minimizar os impactos financeiros decorrentes dos custos adicionais temporariamente assumidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição pela compra de energia durante o período de crise hídrica, conforme Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022.
- (viii) Devolução dos créditos de PIS/COFINS: refere-se à antecipação da devolução, por meio da tarifa de energia elétrica, do saldo dos créditos a compensar junto à Receita Federal (Nota Explicativa nº 4.1.1).
- (ix) Outros itens financeiros: considera-se os demais itens financeiros de características não recorrentes e específicos das distribuidoras.

## 10. Reembolsos do fundo da CDE

<b>Composição</b>	<b>Ref.</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Subsídio Irrigante/Aquicultor	(a)	751	12.635
Subsídio Rural	(a)	700	2.788
Subsídio Carga Fonte Incentivada	(a)	756	2.129
Subsídio Residencial Baixa Renda	(a)	727	602
Subsídio Geração Fonte Incentivada	(a)	57	(28)
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	(a)	(23)	(50)
Bônus por redução de consumo	(b)	-	5.122
<b>Total</b>		<b>2.968</b>	<b>23.198</b>

- (a) Refere-se ao saldo líquido a receber e/ou devolver relativo à diferença entre o valor dos subsídios incidentes nas tarifas de energia elétrica e de uso dos sistemas elétricos de distribuição e o valor efetivamente recebido por meio de repasses do fundo da CDE. As diferenças reconhecidas são ajustadas no processo tarifário subsequente da Companhia. Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme

## Resultados de 2022

previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada Lei nº 13.360/2016, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, através da CCEE, gestora do fundo. Os valores a serem repassados à Companhia, no exercício de 2022, foram homologados pela ANEEL por meio das seguintes Resoluções:

<b>Resolução homologatória</b>	<b>Competências</b>	<b>Valor mensal</b>
ANEEL nº 2.933/21	Set/21 a Set/22	5.635
ANEEL nº 3.105/22	Set/22 a Set/23	3.499

- (b) Refere-se ao saldo pendente de ressarcimento relativo ao bônus concedido aos consumidores que atingiram a meta proposta pelo Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, instituído por meio da Resolução CREG nº 2, de 31 de agosto de 2021. O saldo em aberto foi integralmente recebido no dia 09 de março de 2022.

## 11. Outros ativos circulantes e não circulantes

<b>Composição</b>	<b>Ref.</b>	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
		<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Crédito com empregados		203	155	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	203	188	-	-
Arrecadação da CIP*	(a)	8	91	-	-
Convênios de arrecadação	(a)	115	110	-	-
Depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	1.195	787
Outros		301	147	-	-
<b>Total</b>		<b>830</b>	<b>691</b>	<b>1.195</b>	<b>787</b>

\* Contribuição para Custeio para Serviços de Iluminação Pública

- (a) Refere-se à remuneração da Companhia (i) pelo compartilhamento de sua infraestrutura e (ii) pela prestação de serviços a terceiros de arrecadação de valores nas contas de energia elétrica para posterior repasse. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica “Receita operacional líquida”, no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B.
- (b) Refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica “Outros passivos não circulantes” (Nota Explicativa nº 22), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia.

## 12. Concessão do serviço público

O CPC emitiu em 2009 a Interpretação Técnica ICPC01 (ITG 01) – Contratos de Concessão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/2009, com redação dada pela Resolução CFC nº 1.376/2011, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Como o contrato de concessão da Companhia possui tais características, essa interpretação é aplicável.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, se a Concessionária não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na Interpretação

## Resultados de 2022

ICPC 01 (IFRIC 12), dependendo do tipo de compromisso de remuneração da Concessionária assumido com o Poder Público.

Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, aplica-se o modelo bifurcado, que inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo Poder Concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários.

### 12.1 Ativo financeiro indenizável

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (“VNR”), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) ao final do prazo contratual da concessão. Tal valor representa um crédito a receber do Poder Concedente, relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, e está classificado no ativo não circulante da Companhia como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 5º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações. O valor reconhecido, as alterações no valor justo e as taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos na Companhia.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, não havendo, portanto, obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a movimentação dos saldos do ativo financeiro indenizável da concessão está assim apresentada:

<b>Movimentação</b>	<b>Ref.</b>	<b>R\$ mil</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>		<b>6.381</b>
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	1.992
Adições por transferências do intangível		1.753
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>10.126</b>
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	622
Adições por transferências do intangível		2.065
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>12.813</b>

(a) Em 2021, com base no laudo de avaliação referente ao 5º Ciclo de Revisão Tarifária, a Companhia registrou um aumento do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 1.051. Esse aumento, juntamente com a atualização monetária no montante de R\$ 941 foi registrado a título de valor justo do ativo financeiro indenizável em contrapartida à rubrica de “Receita operacional líquida” (Nota Explicativa nº 24). Em 2022, o valor reconhecido com a atualização monetária do ativo financeiro indenizável foi de R\$ 622.

A concessão da Companhia tem prazo de vigência até 7 de julho de 2045. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos

## Resultados de 2022

levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

### 12.2 Ativo contratual

Os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura são classificados como ativo contratual, durante o período de construção, até a efetiva entrada em operação, quando são bifurcados em ativo financeiro e intangível. Esse ativo contratual se refere ao direito da Companhia de receber caixa dos usuários ou do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como “Ativo financeiro indenizável” ou “Intangível”, de acordo com a forma de remuneração. A composição dos saldos está assim apresentada:

<b>Ativo contratual - Infraestrutura da concessão</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Em construção	17.075	15.298
(-) Obrigações especiais	(1.989)	(2.447)
<b>Total</b>	<b>15.086</b>	<b>12.851</b>

A movimentação do ativo contratual é demonstrada a seguir:

<b>Ativo contratual - Infraestrutura da concessão</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2021</b>	<b>Ingressos</b>	<b>Transf. para intangível</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2022</b>
Em construção	15.298	21.094	(19.317)	17.075
(-) Obrigações especiais	(2.447)	(4.052)	4.510	(1.989)
<b>Total</b>	<b>12.851</b>	<b>17.042</b>	<b>(14.807)</b>	<b>15.086</b>

<b>Ativo contratual - Infraestrutura da concessão</b>	<b>Valor líquido em 01/01/2021</b>	<b>Ingressos</b>	<b>Transf. para intangível</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2021</b>
Em construção	10.349	21.738	(16.789)	15.298
(-) Obrigações especiais	(787)	(4.682)	3.022	(2.447)
<b>Total</b>	<b>9.562</b>	<b>17.056</b>	<b>(13.767)</b>	<b>12.851</b>

### 13. Intangível

Compreende à parcela da infraestrutura utilizada na concessão de distribuição de energia elétrica a ser recuperada via tarifa durante o prazo do contrato. O ativo intangível é mensurado ao seu valor de custo, o qual inclui também os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, quando aplicável. Este ativo está registrado pelo seu valor histórico e a amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

## Resultados de 2022

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados.

		31/12/2022		31/12/2021	
<b>Direito de uso da concessão</b>	<b>Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
Em serviço	4,35%	316.606	(136.468)	180.138	175.846
(-) Obrigações especiais		(82.396)	32.611	(49.785)	(48.265)
<b>Total</b>		<b>234.210</b>	<b>(103.857)</b>	<b>130.353</b>	<b>127.581</b>

		31/12/2021		01/01/2021	
<b>Direito de uso da concessão</b>	<b>Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
Em serviço	4,25%	301.920	(126.074)	175.846	174.166
(-) Obrigações especiais		(77.921)	29.656	(48.265)	(48.055)
<b>Total</b>		<b>223.999</b>	<b>(96.418)</b>	<b>127.581</b>	<b>126.111</b>

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

As mutações do intangível são apresentadas a seguir:

<b>Direito de uso da concessão</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2021</b>	<b>Transf. de ativo contratual</b>	<b>Transf. para ativo financeiro indenizável</b>	<b>Amortizações (a)</b>	<b>Baixas</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2022</b>
Em serviço	175.846	19.317	(2.065)	(11.929)	(1.031)	180.138
(-) Obrigações especiais	(48.265)	(4.510)	-	2.954	36	(49.785)
<b>Total</b>	<b>127.581</b>	<b>14.807</b>	<b>(2.065)</b>	<b>(8.975)</b>	<b>(995)</b>	<b>130.353</b>

<b>Direito de uso da concessão</b>	<b>Valor líquido em 01/01/2021</b>	<b>Transf. de ativo contratual</b>	<b>Transf. para ativo financeiro indenizável</b>	<b>Amortizações (a)</b>	<b>Baixas</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2021</b>
Em serviço	174.166	16.789	(1.753)	(11.337)	(2.019)	175.846
(-) Obrigações especiais	(48.055)	(3.022)	-	2.775	37	(48.265)
<b>Total</b>	<b>126.111</b>	<b>13.767</b>	<b>(1.753)</b>	<b>(8.562)</b>	<b>(1.982)</b>	<b>127.581</b>

(a) No exercício, a Companhia registrou créditos de PIS/COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$ 678, sendo R\$ 633 em 2021 (Nota Explicativa nº 25.4).

Os investimentos na infraestrutura da concessão são inicialmente registrados no ativo contratual, durante o período da construção. Quando finalizados, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrada no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo

de concessão. A outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebida como indenização ao final da concessão.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão. A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Os saldos do intangível estão reduzidos pelas Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) e pela Reserva para Reversão. As Obrigações Especiais e a Reserva para Reversão representam um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estado, União e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Companhia.

A Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

## 14. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

### 14.1 Direito de uso de ativos

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento (exceto reavaliação cambial).

O custo do ativo de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de desconto na data de início do arrendamento, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data do reconhecimento inicial, bem como a estimativa de custos de restauração a serem incorridos pelo arrendatário ao final do contrato, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo e o valor residual conforme a política de ativo imobilizado.

## Resultados de 2022

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Composição	31/12/2022			31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado direito de uso				-
Edificações (a)	9.075	(4.033)	5.042	6.051
<b>Total</b>	<b>9.075</b>	<b>(4.033)</b>	<b>5.042</b>	<b>6.051</b>

Composição	31/12/2021 Reapresentado (Nota 2.6)			01/01/2021 Reapresentado (Nota 2.6)
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado direito de uso				
Edificações (a)	9.075	(3.024)	6.051	7.060
<b>Total</b>	<b>9.075</b>	<b>(3.024)</b>	<b>6.051</b>	<b>7.060</b>

(a) Referem-se as instalações da sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia. Os contratos de arrendamento foram firmados com parte relacionada e por esse motivo, submetidos a anuência prévia da ANEEL (Nota Explicativa nº 30).

A movimentação do direito de uso de ativos é apresentada como segue:

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6	Depreciação	Valor líquido 31/12/2022 Reapresentado Nota 2.6
Direito de uso			
Edificações	6.051	(1.009)	5.042
<b>Total do Direito de uso</b>	<b>6.051</b>	<b>(1.009)</b>	<b>5.042</b>

Movimentação	Valor líquido em 01/01/2021 Reapresentado Nota 2.6	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2021 Reapresentado Nota 2.6
Direito de uso			
Edificações	7.060	(1.009)	6.051
<b>Total do Direito de uso</b>	<b>7.060</b>	<b>(1.009)</b>	<b>6.051</b>

### 14.2 Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber.

O valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Operação	Vencimento	Característica da operação		Circulante	Não circulante	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Periodicidade de amortização	Taxa de juros a.a. (a)					
Edificações	06/12/2027	Mensal	7,99%	1.080	5.252	6.332	7.257	7.913

- (a) A Companhia definiu a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal, praticada no mercado, para captação de recursos em montante suficiente para aquisição de um imóvel com características semelhantes.

A movimentação do arrendamento é apresentada como segue:

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>656</b>	<b>7.257</b>	<b>7.913</b>
Ingressos	-	-	-
Encargos	588	-	588
Amortizações (principal e encargos)	(1.244)	-	(1.244)
Transferências	925	(925)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>925</b>	<b>6.332</b>	<b>7.257</b>
Ingressos	-	-	-
Encargos	528	-	528
Amortizações (principal e encargos)	(1.453)	-	(1.453)
Transferências	1.080	(1.080)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.080</b>	<b>5.252</b>	<b>6.332</b>

O escalonamento dos vencimentos das parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2022, se encontram demonstrados a seguir:

Parcelas do não circulante	31/12/2022
2024	1.531
2025	1.531
2026	1.530
2027	1.530
<b>Valores não descontados</b>	<b>6.122</b>
Juros embutidos	(870)
<b>Saldo do passivo de arrendamento</b>	<b>5.252</b>

## Resultados de 2022

### 15. Fornecedores

<b>Composição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Suprimento de energia elétrica	16.845	19.087
Encargos de uso da Rede Básica e Conexão	5.856	4.835
Materiais e serviços	2.652	790
<b>Total</b>	<b>25.353</b>	<b>24.712</b>

### 16. Concessionárias e permissionárias

Engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2022.

<b>Composição</b>	<b>Ativo Circulante</b>		<b>Passivo Circulante</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Suprimento - CCEE - MCP (a)	172	-	-	9.361
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.361</b>

(a) As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

A redução dos valores liquidados no mercado de curto prazo se deu principalmente em função da normalização do cenário hídrico durante o exercício de 2022.

### 17. Empréstimos e financiamentos

São mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

#### 17.1 Composição

<b>Operação</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Moeda nacional	1.008	12.200
Moeda estrangeira (a)	-	15.376
<b>Total</b>	<b>1.008</b>	<b>27.576</b>
Circulante	640	26.568
Não circulante	368	1.008

(a) O contrato em moeda estrangeira possui instrumento financeiro derivativo de proteção cambial (*swap*), cedido fiduciariamente para garantia da operação e foi integralmente liquidado em setembro de 2022. (Nota Explicativa nº 28.1e).

## Resultados de 2022

### 17.2 Principais condições contratuais

Operação	Vencimento	Características da operação		Custo da dívida		Circulante	Não circulante	Total
		Periodicidade de amortização	Garantias reais	Indexador	Taxa de juros a.a.			
<b>Moeda nacional</b>						<b>640</b>	<b>368</b>	<b>1.008</b>
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	6	-	6
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	14	-	14
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	159	-	159
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	28	-	28
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	28	15	43
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	10	5	15
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	26	15	41
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	19	11	31
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	29	27	56
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	17	15	32
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	4	4	8
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	6	5	11
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	23	21	44
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	266	244	510
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	6	11
<b>Total</b>						<b>640</b>	<b>368</b>	<b>1.008</b>

### 17.3 Mutações dos empréstimos e financiamentos

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>1.397</b>	<b>2.050</b>	<b>3.447</b>
Ingressos	24.900	-	24.900
Encargos	755	-	755
Amortizações (principal e encargos)	(1.526)	-	(1.526)
Transferências	1.042	(1.042)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26.568</b>	<b>1.008</b>	<b>27.576</b>
Encargos	2.574	-	2.574
Amortizações (principal e encargos)	(29.142)	-	(29.142)
Transferências	640	(640)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>640</b>	<b>368</b>	<b>1.008</b>

### 17.4 Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2024	2025	Total
Parcelas do não circulante	367	1	368

### 18. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	913	699
Previdência privada	193	159
Férias a pagar	3.441	2.627
Tributos retidos na fonte	502	344
Consignações em favor de terceiros	86	72
Participações estatutárias	4.707	4.807
Outros	7	-
<b>Total</b>	<b>9.849</b>	<b>8.708</b>

## 19. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

### *Risco de perda provável*

A Administração, fundamentada nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

<b>Movimentação</b>	<b>Ref.</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Saldos iniciais</b>		<b>1.155</b>	<b>17</b>	<b>1.172</b>	<b>727</b>
Constituições		333	-	333	1.099
Atualizações		73	2	75	33
Reversões		(24)	-	(24)	(366)
Pagamentos	(a)	(1.200)	-	(1.200)	(321)
<b>Saldos finais</b>		<b>337</b>	<b>19</b>	<b>356</b>	<b>1.172</b>
Circulante		-	-	-	1.052
Não circulante		337	19	356	120

(a) Dos pagamentos efetuados, R\$ 1.090 se refere ao valor do débito junto ao INSS, objeto de parcelamento, referente a ressarcimento de benefício previdenciário nos termos do processo nº 602-72.2007.4.02.5005 (Nota Explicativa nº 22).

As ações se referem a questões de natureza indenizatória, envolvendo acidentes, danos materiais e danos morais, dentre outras, para as quais não há cobertura securitária. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada pelo Poder Judiciário.

## Resultados de 2022

### Risco de perda possível

As ações que envolvem risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, possuem a seguinte composição:

Composição	2022	2021
Tributários	4.034	-
Cíveis	7.394	2.077
<b>Total</b>	<b>11.428</b>	<b>2.077</b>

Para as ações de natureza cíveis, a Companhia possui cobertura securitária no valor de R\$ 1.912 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.815 em 2021).

### 19.1 Depósitos judiciais e cauções

Os depósitos judiciais registrados em 31 de dezembro de 2022 se referem a causas cíveis e trabalhistas, e somam R\$ 34 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2021).

### 20. Encargos setoriais

Composição	Ref.	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	(a)	1.793	1.300	1.608
Programa de Eficiência Energética - PEE	(a)	3.004	3.314	2.542
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(b)	800	826	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	32	31	29
<b>Total</b>		<b>5.629</b>	<b>5.471</b>	<b>4.179</b>

(a) As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética (“PEE”), Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da Lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“PROCEL”). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. Mensalmente, os saldos são atualizados com base na taxa Selic (P&D e PEE) e pelo IGP-M (PROCEL), a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a conclusão dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais. Adicionalmente, por meio da MP 998/2020, convertida na Lei nº 14.120/2021, foi inserido o art. 5º-B na Lei nº 9.991/2000, estabelecendo que os recursos financeiros de P&D e PEE, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, deverão ser destinados à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE em favor da modicidade tarifária entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, observado o limite mínimo de 70% do valor total disponível, conforme regulamentação da ANEEL.

(b) A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é um fundo setorial, gerido pela CCEE, que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto (i) pela quota mensal da CDE Conta Covid no valor de R\$ 719 (R\$ 719 em 2021), definida pelo Despacho ANEEL nº

939, de 05 de abril de 2021, cujos valores recolhidos visam a amortização da operação de crédito contratada pela CCEE com o objetivo de minimizar os impactos tarifários aos consumidores de energia elétrica e proporcionar liquidez às distribuidoras, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, tendo sido iniciado o recolhimento do encargo mensal após o processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o décimo dia do mês subsequente, e (ii) pelas quotas mensais apuradas a partir dos recursos financeiros de P&D e PEE no valor de R\$ 81 (R\$ 107 em 2021), não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, conforme Lei nº 14.120/2021, sendo realizada a liquidação dos valores destinados à CDE até o dia 10 do segundo mês subsequente ao mês da apuração (Nota Explicativa nº 20a).

- (c) A Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

## 21. Consumidores

Refere-se à obrigação de repassar aos consumidores os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2022 está demonstrada a seguir:

Movimentação	Ref.	Circulante	Não circulante	Saldo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>15.937</b>	<b>7.009</b>	<b>22.946</b>
Valores disponibilizados - via fatura de energia	(a)	(11.085)	-	11.861
Reversão modicidade tarifária	(b)	(6.500)	-	5.361
Despesas processuais / Honorários advocatícios	(c)	(694)	-	4.667
Atualizações no período	(d)	950		5.617
Transferências		7.009	(7.009)	5.617
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>5.617</b>	<b>-</b>	<b>5.617</b>

- (a) Representa o valor disponibilizado aos consumidores, mediante crédito individualizado, lançado diretamente nas faturas de energia elétrica no período.
- (b) Refere-se ao montante incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, como componente financeiro negativo, nos termos da Lei nº 14.385/2022. (Nota explicativa nº 4.1.1 e Nota explicativa nº 9).
- (c) Refere-se as despesas processuais e honorários advocatícios com consultores jurídicos, à razão de 7% sobre os valores recuperados. Os honorários são pagos mensalmente, à medida em que os créditos são compensados junto à Receita Federal do Brasil. Os valores devolvidos, no Reajuste Tarifário Anual de 2022, não se encontram líquidos das custas processuais e honorários advocatícios relacionados a ação, em conformidade ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.385/2022 que determinou a devolução total do crédito utilizado em compensação perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- (d) Refere-se à atualização monetária dos valores a repassar no período, calculada mensalmente com base na taxa Selic.

## 22. Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a repassar	(a)	1.803	1.574	-	-
Prêmios de seguros		164	172	-	-
Ressarcimento de benefício	(b)	229	-	840	-
Outros passivos	(c)	400	273	172	57
<b>Total</b>		<b>2.596</b>	<b>2.019</b>	<b>1.012</b>	<b>57</b>

- (a) Refere-se aos valores a repassar a terceiros relativos aos serviços prestados pela Companhia de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores.
- (b) O saldo circulante e não circulante se refere ao valor do débito junto ao INSS, objeto de parcelamento, referente a ressarcimento de benefício previdenciário nos termos do processo nº 602-72.2007.4.02.5005. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa Selic.
- (c) O saldo não circulante se refere à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (Nota Explicativa nº 11b).

## 23. Patrimônio Líquido

### 23.1 Capital social

Em 27 de abril de 2022 foi aprovado, em assembleia geral extraordinária, um aumento de capital no valor de R\$ 5.000, mediante o aproveitamento parcial das reservas de incentivos fiscais (R\$ 2.468) e retenção de lucros (R\$ 2.532).

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$ 135.000 (R\$ 130.000 em 2021), composto por 5.146.995 ações, sem valor nominal, sendo 3.419.359 ações ordinárias (66,43%) e 1.727.636 ações preferenciais (33,57%), assim representadas:

Espécie / Classe	31/12/2022		31/12/2021		01/01/2021	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Ordinárias	3.419.359	89.686	3.419.359	86.364	3.296.207	79.721
Preferenciais	1.727.636	45.314	1.727.636	43.636	1.665.413	40.279
<b>Capital Subscrito</b>	<b>5.146.995</b>	<b>135.000</b>	<b>5.146.995</b>	<b>130.000</b>	<b>4.961.620</b>	<b>120.000</b>
<b>Valor patrimonial por ação (R\$)</b>		<b>34,57</b>		<b>34,27</b>		<b>32,88</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

## Resultados de 2022

### 23.2 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número de ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
		Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Lucro líquido do exercício	22.021	25.954	22.073
Número de ações em poder dos acionistas	5.146.995	5.146.995	4.961.620
<b>Lucro por ação</b>	<b>4,28</b>	<b>5,04</b>	<b>4,45</b>

### 23.3 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

<u>Reservas de lucro</u>	<u>Ref.</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
			Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Reserva legal	(a)	8.213	7.199	5.971
Reserva de incentivos fiscais	(b)	2.201	3.447	2.356
Reserva de retenção de lucros	(c)	32.498	35.761	34.817
<b>Total</b>		<b>42.912</b>	<b>46.407</b>	<b>43.144</b>

- (a) Reserva legal: constituída com 5% do lucro líquido do exercício, está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu o valor de R\$ 1.014 (R\$ 1.228 em 2021).
- (b) Reserva de incentivos fiscais: corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios das regiões norte e noroeste do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para absorção de eventuais prejuízos. No exercício de 2022, R\$ 2.468 do saldo constituído foram destinados a aumento de capital (R\$ 2.054 em 2021). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu o valor de R\$ 1.751 (R\$ 3.145 em 2021).
- (c) Reserva de retenção de lucros: constituída para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, cuja destinação é submetida e aprovada nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 2022, do lucro líquido do exercício, R\$ 2.371 foram destinados para a reserva de retenção de lucros (R\$ 8.364 em 2021).

## Resultados de 2022

### 23.4 Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Lucro líquido do exercício - originalmente publicado	22.021	29.019
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(1.751)	(3.145)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	(1.315)
Constituição de reserva legal	(1.014)	(1.228)
(-) Juros sobre o capital próprio	(11.260)	(7.525)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>7.996</b>	<b>15.806</b>
Ações ordinárias (25% sobre a base de cálculo dos dividendos)	1.999	3.952
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal)	3.626	3.490
<b>Total dos dividendos propostos</b>	<b>5.625</b>	<b>7.442</b>
Juros sobre o capital próprio	11.260	7.525
<b>Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio</b>	<b>16.885</b>	<b>14.967</b>

Os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da deliberação da Assembleia Geral, que poderá, diante de excepcionalidades, casos fortuitos, força maior e outros eventos imprevisíveis plenamente justificados, ultrapassar o referido período. O valor por ação dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio é demonstrado a seguir:

<b>Provento</b>	<b>Valor proposto</b>	<b>R\$ / Ação</b>	
		<b>ON</b>	<b>PN</b>
<b>2022</b>			
Dividendos propostos	5.625	0,58	2,10
Juros sobre o capital próprio	11.260	2,19	2,19
<b>2021</b>			
Dividendos propostos	7.442	1,16	2,02
Juros sobre o capital próprio	7.525	1,46	1,46

A movimentação e respectivos saldos correspondentes aos dividendos declarados e juros sobre o capital próprio no exercício de 2022 é apresentada a seguir:

<b>Movimentação</b>	<b>Dividendos propostos</b>	<b>JCP</b>	<b>Saldo</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.442</b>	<b>6.396</b>	<b>13.838</b>
(+) Crédito de JCP	-	11.260	25.098
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.690)	23.408
(-) Pagamento de JCP	-	(6.396)	17.012
(+) Crédito de dividendos complementares (a)	2.958	-	19.970
(-) Pagamento de dividendos	(10.400)	-	9.570
(+) Crédito de dividendos propostos	5.625	-	15.195
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.625</b>	<b>9.570</b>	<b>15.195</b>

(a) Os dividendos complementares foram aprovados em assembleia geral ordinária realizada no dia 27 de abril de 2022 e pagos dentro do exercício.

## **24. Receita operacional líquida**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas à prestação de serviço.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade dos investimentos finalizados adicionada ao ativo intangível é registrada no resultado como custo de construção.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

## Resultados de 2022

Receita operacional	Número de consumidores			MWh			RS mil	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
							Reapresentado	Reapresentado
							Nota 2.6	Nota 2.6
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>								
Fornecimento faturado								
Residencial	74.630	73.214	71.828	147.339	148.235	148.020	69.391	73.977
Industrial	1.776	1.599	1.429	30.974	40.952	40.519	15.267	21.215
Comercial, serviços e outros	9.860	9.707	9.385	79.455	81.181	78.015	38.937	41.498
Rural	33.789	33.208	32.611	195.490	195.119	160.008	55.830	51.405
Poder público	982	984	999	15.980	14.067	12.706	7.308	6.592
Iluminação pública	55	45	24	18.899	18.710	18.586	5.277	6.403
Serviço público	188	181	177	13.622	12.912	12.676	6.477	6.588
Consumo próprio	27	31	30	681	644	630	-	-
Total do fornecimento faturado	121.307	118.969	116.483	502.440	511.820	471.160	198.487	207.678
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	1.205	627
<b>Total do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>121.307</b>	<b>118.969</b>	<b>116.483</b>	<b>502.440</b>	<b>511.820</b>	<b>471.160</b>	<b>199.692</b>	<b>208.305</b>
<b>Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD</b>								
TUSD faturada - Consumidores cativos								
Residencial	-	-	-	-	-	-	60.281	60.612
Industrial	-	-	-	-	-	-	12.091	14.156
Comercial, serviços e outros	-	-	-	-	-	-	33.595	33.160
Rural	-	-	-	-	-	-	52.634	45.591
Poder público	-	-	-	-	-	-	6.511	5.675
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-	4.620	4.480
Serviço público	-	-	-	-	-	-	4.602	4.453
TUSD faturada - Consumidores livres	57	41	38	87.429	77.614	62.921	18.117	18.218
TUSD faturada - Agentes de geração	3	3	3	-	-	-	96	110
Total da TUSD faturada	60	44	41	87.429	77.614	62.921	192.547	186.455
TUSD não faturada	-	-	-	-	-	-	3.521	(352)
<b>Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD</b>	<b>60</b>	<b>44</b>	<b>41</b>	<b>87.429</b>	<b>77.614</b>	<b>62.921</b>	<b>196.068</b>	<b>186.103</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>								
Energia de curto prazo - CCEE (a)	-	-	-	-	-	-	5.230	6.762
Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota Explicativa nº 9)	-	-	-	-	-	-	(32.511)	27.046
Serviços cobráveis	-	-	-	-	-	-	727	802
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (b)	-	-	-	-	-	-	66.072	61.875
Receita de construção (c)	-	-	-	-	-	-	19.316	16.789
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	-	-	-	2.551	2.245
Arrecadação de convênios	-	-	-	-	-	-	1.044	936
Valor justo do ativo financeiro indenizável (Nota Explicativa nº 12.1)	-	-	-	-	-	-	622	1.992
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	226	471
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	257	425
<b>Total das outras receitas operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.534</b>	<b>119.343</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>121.367</b>	<b>119.013</b>	<b>116.524</b>	<b>589.869</b>	<b>589.434</b>	<b>534.081</b>	<b>459.294</b>	<b>513.751</b>
<b>(-) Deduções à receita operacional</b>								
Tributos sobre a receita								
PIS	-	-	-	-	-	-	(6.276)	(6.952)
COFINS	-	-	-	-	-	-	(28.907)	(32.024)
ICMS	-	-	-	-	-	-	(58.425)	(82.738)
ISSQN	-	-	-	-	-	-	(107)	(85)
Total dos tributos sobre a receita	-	-	-	-	-	-	(93.715)	(121.799)
Encargos do consumidor								
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-	(1.408)	(1.679)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	(1.408)	(1.679)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	-	-	(58.140)	(32.937)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	-	-	(377)	(358)
Outros encargos do consumidor	-	-	-	-	-	-	-	(571)
Total dos encargos do consumidor	-	-	-	-	-	-	(61.333)	(36.653)
Outras deduções								
Penalidades DIF/FIC e outras	-	-	-	-	-	-	(334)	(278)
Total de outras deduções	-	-	-	-	-	-	(334)	(278)
<b>Total das deduções à receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(155.382)</b>	<b>(158.730)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>121.367</b>	<b>119.013</b>	<b>116.524</b>	<b>589.869</b>	<b>589.434</b>	<b>534.081</b>	<b>303.912</b>	<b>261.776</b>

- (a) Refere-se aos montantes de receitas auferidas pelas concessionárias que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da CCEE. Os resultados destas operações foram informados pela CCEE e referendados pela Companhia.
- (b) Refere-se aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda.
- (c) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

## Resultados de 2022

### 25. Custos dos serviços e despesas operacionais

Os custos dos serviços e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza de gastos	Ref.	Custos dos serviços			Despesas operacionais	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	
		Com energia elétrica	De operação	Prestados a Terceiros					Total
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	130.972	-	-	130.972	-	130.972	189.610	131.080
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	25.1	59.506	-	-	59.506	-	59.506	60.210	34.613
Pessoal e administradores	25.2	-	23.898	-	23.898	13.129	37.027	31.162	29.395
Materiais	-	-	3.485	-	3.485	257	3.742	3.205	3.046
Serviços de terceiros	25.3	-	10.549	-	10.549	2.818	13.367	11.595	10.294
Depreciação e Amortização	25.4	-	8.246	-	8.246	1.003	9.249	8.938	9.485
Seguros	-	-	477	-	477	-	477	369	380
Provisões	-	-	1.028	-	1.028	-	1.028	1.129	378
Tributos	-	-	482	-	482	284	766	328	282
Custo de construção	-	-	-	19.316	19.316	-	19.316	16.789	14.047
Outros gastos	-	-	988	-	988	4.946	5.934	5.715	3.666
<b>Total</b>		<b>190.477</b>	<b>49.153</b>	<b>19.316</b>	<b>258.946</b>	<b>22.437</b>	<b>281.383</b>	<b>329.050</b>	<b>236.666</b>

#### 25.1 Custo com energia elétrica

Composição	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2020	
	MWh	RS mil	MWh	RS mil	MWh	RS mil
					Reapresentado	Reapresentado
					Nota 2.6	Nota 2.6
<b>Energia elétrica comprada para revenda</b>	<b>650.152</b>	<b>130.972</b>	<b>635.902</b>	<b>189.610</b>	<b>559.223</b>	<b>131.080</b>
<b>Suprimento de Energia Elétrica</b>	<b>650.152</b>	<b>144.307</b>	<b>635.902</b>	<b>203.328</b>	<b>559.223</b>	<b>142.931</b>
Energia Bilateral	100.017	22.063	105.228	21.090	151.709	35.933
Energia de Leilão	164.561	36.216	159.584	44.090	188.267	38.198
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	12.118	8.048	11.639	5.106	12.305	4.169
Energia de curto prazo - CCEE	-	(937)	-	54.424	-	17.392
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD	92.608	18.893	64.114	12.165	1.736	320
Cotas de Angra I/Angra II - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	21.867	7.475	24.127	5.553	17.851	4.958
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	141.923	18.161	144.518	16.718	94.945	10.438
Energia de Itaipu - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	117.058	34.389	126.692	44.182	92.410	31.523
<b>(-) Créditos de Tributos Recuperáveis</b>	<b>-</b>	<b>(13.335)</b>	<b>-</b>	<b>(13.718)</b>	<b>-</b>	<b>(11.851)</b>
PIS	-	(2.379)	-	(2.447)	-	(2.114)
Cofins	-	(10.956)	-	(11.271)	-	(9.737)
<b>Encargos de transmissão, conexão e distribuição</b>	<b>-</b>	<b>59.506</b>	<b>-</b>	<b>60.210</b>	<b>-</b>	<b>34.613</b>
<b>Encargos de transmissão, conexão e distribuição</b>	<b>-</b>	<b>65.480</b>	<b>-</b>	<b>66.347</b>	<b>-</b>	<b>38.068</b>
Encargos de Uso da Rede Elétrica e Conexão	-	40.684	-	39.568	-	31.766
Transporte Itaipu	-	3.255	-	3.650	-	2.701
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	13.160	-	21.155	-	984
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	8.381	-	1.974	-	2.617
<b>(-) Créditos de Tributos Recuperáveis</b>	<b>-</b>	<b>(5.975)</b>	<b>-</b>	<b>(6.137)</b>	<b>-</b>	<b>(3.455)</b>
PIS	-	(1.066)	-	(1.095)	-	(617)
Cofins	-	(4.909)	-	(5.042)	-	(2.838)
<b>Total</b>	<b>650.152</b>	<b>190.477</b>	<b>635.902</b>	<b>249.820</b>	<b>559.223</b>	<b>165.693</b>

## Resultados de 2022

### 25.2 Pessoal e Administradores

<u>Composição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> Reapresentado Nota 2.6	<u>31/12/2020</u> Reapresentado Nota 2.6
<b>Pessoal</b>	<b>32.556</b>	<b>26.992</b>	<b>25.380</b>
Remuneração	20.584	16.654	16.071
INSS	5.796	4.742	4.519
FGTS	1.596	1.287	1.248
Previdência privada	798	673	633
Auxílio Alimentação	2.201	2.023	1.801
Despesas rescisórias	298	332	108
Outros benefícios	1.283	1.281	1.000
<b>Administradores (Diretoria e Conselho)</b>	<b>4.471</b>	<b>4.170</b>	<b>4.015</b>
Honorários	3.360	3.139	3.022
INSS	672	628	604
FGTS	203	190	183
Previdência privada	236	213	206
<b>Total</b>	<b>37.027</b>	<b>31.162</b>	<b>29.395</b>

### 25.3 Serviços de terceiros

<u>Composição - Serviço de terceiros</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> Reapresentado Nota 2.6	<u>31/12/2020</u> Reapresentado Nota 2.6
Consultoria	614	1.069	1.180
Auditoria	106	133	79
Assessoria jurídica	954	459	397
Comercial	300	126	157
Manutenção	1.663	2.033	1.427
Vigilância	248	201	197
Informática	617	464	706
Leitura de medidores e outros	7.332	5.615	4.707
Limpeza de faixas de servidão	1.522	1.476	1.433
Outros	11	19	11
<b>Total</b>	<b>13.367</b>	<b>11.595</b>	<b>10.294</b>

### 25.4 Depreciação e Amortização

<u>Composição – Depreciação e Amortização</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> Reapresentado Nota 2.6	<u>31/12/2020</u> Reapresentado Nota 2.6
Quota de depreciação do direito de uso no exercício	1.009	1.009	2.018
Quota de amortização do intangível no exercício	8.918	8.562	8.081
(-) Créditos de tributos recuperáveis - PIS	(121)	(113)	(110)
(-) Créditos de tributos recuperáveis - COFINS	(557)	(520)	(504)
<b>Total</b>	<b>9.249</b>	<b>8.938</b>	<b>9.485</b>

## Resultados de 2022

### 26. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia pode ser assim representado:

Resultado financeiro	Receita	Despesa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
				Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
<b>Operações com ativos e passivos financeiros setoriais</b>					
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	1.853	(1.095)	758	3.407	722
	<b>1.853</b>	<b>(1.095)</b>	<b>758</b>	<b>3.407</b>	<b>722</b>
<b>Operações com capitais de terceiros</b>					
Derivativos - <i>Swap</i>	1.011	(5.226)	(4.215)	(181)	2.470
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	(964)	(964)	(379)	(231)
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	-	(103)	(103)	(73)	(19)
Variação cambial	3.686	(978)	2.708	(122)	(2.696)
Encargos - Arrendamentos	-	(528)	(528)	(587)	(1.319)
	<b>4.697</b>	<b>(7.799)</b>	<b>(3.102)</b>	<b>(1.342)</b>	<b>(1.795)</b>
<b>Operações com compra de energia elétrica</b>					
Variação cambial	1.012	(674)	338	(536)	(649)
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	-	(381)	(381)	(316)	(180)
	<b>1.012</b>	<b>(1.055)</b>	<b>(43)</b>	<b>(852)</b>	<b>(829)</b>
<b>Outras operações</b>					
Receita com aplicações financeiras	5.347	-	5.347	1.689	1.044
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	6.207	-	6.207	6.853	5.565
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações	-	(163)	(163)	(10)	(225)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	-	(558)	(558)	(305)	(76)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	11	(338)	(327)	1.510	248
Atualização monetária de parcelamentos de tributos	-	(616)	(616)	(227)	(1.158)
Outras operações	83	(130)	(47)	1.292	8
	<b>11.648</b>	<b>(1.805)</b>	<b>9.843</b>	<b>10.802</b>	<b>5.406</b>
<b>(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras</b>					
PIS	(92)	-	(92)	(109)	(54)
COFINS	(567)	-	(567)	(671)	(332)
	<b>(659)</b>	<b>-</b>	<b>(659)</b>	<b>(780)</b>	<b>(386)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>18.551</b>	<b>(11.754)</b>	<b>6.797</b>	<b>11.235</b>	<b>3.118</b>

### 27. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo

## Resultados de 2022

fiscal pela melhor estimativa do valor esperado do imposto a ser pago ou recebido que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de tributos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, válido até 2027, que provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, nos termos do Laudo Constitutivo nº 77/2018, expedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), reconhecido pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) por meio do Despacho Decisório nº 224/2020-EBEN-DEVAT07/DRF/NIT e do Ato Declaratório Executivo nº 83/2020. Esse incentivo fiscal foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos acionistas, devendo ser transferido para a rubrica “Reserva de incentivos fiscais” nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

- Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social corrente. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando necessário.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
		Reapresentado Nota 2.6	Reapresentado Nota 2.6
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	29.326	37.206	28.228
Alíquota nominal	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(9.971)	(12.650)	(9.598)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações e contribuições	(92)	(35)	(50)
Multas indedutíveis	(182)	(71)	(51)
Provisões	(360)	(282)	(94)
Juros sobre o capital próprio	3.828	2.559	2.424
Outras (a)	566	(903)	1.760
Incentivo fiscal SUDENE	1.751	3.145	2.177
Incentivo fiscal PAT	119	23	22
Doações dedutíveis	10	-	10
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(4.330)</b>	<b>(8.215)</b>	<b>(3.400)</b>
IRPJ e CSLL correntes	(4.615)	(7.793)	(5.406)
IRPJ e CSLL diferidos	285	(422)	2.006
<b>Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL</b>	<b>14,77%</b>	<b>22,08%</b>	<b>12,04%</b>

(a) Inclui os efeitos da reapresentação de saldos comparativos (Nota Explicativa nº 2.6).

## **28. Instrumentos financeiros**

### ***Ativos financeiros***

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

### ***Passivos financeiros***

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### ***Compensação de saldos (“offsetting”)***

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### ***Instrumentos financeiros derivativos***

Quando da existência de contratos submetidos a variações cambiais, a Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

## 28.1 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### (a) Considerações gerais

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

A utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

Nos exercícios apresentados, o saldo de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento bruto da Companhia.

### (b) Gestão de risco de mercado

- Risco cambial

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para a Companhia, como a valorização de moedas estrangeiras frente ao Real.

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar, decorrente dos pagamentos de energia elétrica comprada de Itaipu. Entretanto, os efeitos financeiros dessa variação cambial são repassados ao consumidor via tarifa, por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A.

Adicionalmente, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2021, operação de instrumento derivativo cambial para a dívida em moeda estrangeira atrelada ao Euro, sendo que estas operações foram liquidadas no decorrer de 2022.

- Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

### (c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

## Resultados de 2022

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 45.494 (R\$ 38.499 em 31 de dezembro de 2021).

A seguir são apresentados os fluxos de caixa contratados, em 31 de dezembro de 2022:

<b>Passivos financeiros</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>
<b>Não derivativos</b>					
Fornecedores	25.353	-	-	-	-
Arrendamentos	1.080	1.165	1.259	1.359	1.469
Empréstimos e financiamentos	640	367	1	-	-
Encargos setoriais	5.629	-	-	-	-

### (d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

- Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir esse risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência.

- Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

## Resultados de 2022

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia:

Ativos financeiros	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado
		Nota 2.6	Nota 2.6
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	49.301	39.812	45.514
Contas a receber de clientes e outros	41.199	37.795	38.232
Ativos financeiros setoriais	940	42.327	11.874
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>			
Ativo financeiro indenizável	12.813	10.126	6.381

### (e) Informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos

O principal instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia, com o objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, é o *swap*.

A Companhia contratou em 2021 operação de *swap* para converter para R\$ a dívida denominada em EUR. Nesse *swap*, a Companhia assumiu posição passiva em R\$ atrelado a taxa fixa e posição ativa em EUR atrelado a taxa fixa. Em setembro de 2022, com a liquidação do empréstimo, também foi liquidado o respectivo *swap*.

O quadro a seguir detalha as operações e as informações sobre esse tipo de instrumento financeiro, que inclui valor de referência (nocial), vencimento, valor justo e o efeito no resultado do exercício:

Composição					Nocial EUR	Nocial RS	Valor justo	Efeito no resultado	
<i>Swap</i>	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	29/09/2021	29/09/2021	29/09/2022	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	Itaú Unibanco S/A	29/09/2021	29/09/2022	100% EURO PTAX Venda + 1,87% a.a.	2.392	15.000	12.650	(2.545)	195
Passivo				CDI + 2,50% a.a.			(17.046)	(1.670)	(376)
					<b>2.392</b>	<b>15.000</b>	<b>(4.396)</b>	<b>(4.215)</b>	<b>(181)</b>

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível, o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

### (f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam as posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável: foram projetados os rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do exercício.
- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

## Resultados de 2022

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

<u>Operação</u>	<u>Indexador/ Taxa de juros a.a.</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa no exercício</u>	<u>Exposição (Saldo/Nocional)</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	13,65%	45.494	6.210	(1.552)	(3.105)

## 29. Benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar.

Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Conseqüentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

As obrigações por contribuições ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R\$ 1.035 em 2022 (R\$ 886 em 2021).

### 30. Saldo e transações entre partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
			2022	2021	2022	2021	
Santa Maria Participações S/A	Arrendamentos	(a)	-	-	(1.537)	(1.596)	2024
<b>Total - Arrendamentos</b>			-	-	<b>(1.537)</b>	<b>(1.596)</b>	
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	(b)	-	-	(7.332)	(5.615)	2024
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	(c)	-	-	10	-	2045
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Prestação de serviços	(c)	-	-	7	10	2045
Santa Maria Soluções Ltda.	Prestação de serviços	(d)	-	-	(306)	-	2023
<b>Total - Prestação de serviços</b>			-	-	<b>(7.621)</b>	<b>(5.605)</b>	
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Venda de Energia Elétrica	(e)	(1.723)	(1.357)	(22.063)	(21.090)	2034
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A	Encargo de Transmissão	(f)	-	-	96	110	2045
<b>Total - Operações com energia elétrica</b>			<b>(1.723)</b>	<b>(1.357)</b>	<b>(21.967)</b>	<b>(20.980)</b>	
<b>Total</b>			<b>(1.723)</b>	<b>(1.357)</b>	<b>(31.125)</b>	<b>(28.181)</b>	

- (a) Refere-se aos contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 (Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas).
- (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reaviso, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 (Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas).
- (c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.
- (d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de manutenção elétrica e treinamentos técnicos, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 (Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas).
- (e) Refere-se ao contrato de comercialização de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, aprovado nos termos do Despacho ANEEL nº 2.666/2020.
- (f) Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição. O valor devido é calculado pelo produto da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD pelo respectivo valor contratado do Montante de Uso do Sistema de Distribuição – MUSD.

- Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a remuneração dos administradores da Companhia, registrada na contabilidade pelo regime de competência, se encontra demonstrada a seguir:

Administradores (Diretoria e Conselho)	Ref.	31/12/2022	31/12/2021
Honorários		3.360	3.139
INSS		672	628
FGTS		203	190
Previdência privada		236	213
Participações estatutárias	(a)	2.975	3.037
<b>Total</b>		<b>7.446</b>	<b>7.207</b>

- (a) Desde 2020, a Companhia mantém uma política de remuneração variável aos seus diretores, baseada em instrumentos baseados em ações com liquidação em caixa. O objetivo é atrair e reter profissionais com competências e valores desejados e requeridos pela Companhia, motivando-os a atingir e superar metas alinhadas ao orçamento,

## Resultados de 2022

planejamento estratégico e mercado, gerando valor para os acionistas e demais partes relacionadas. A referida política é baseada em premissas de melhor criação de valor sustentável e de longo prazo, melhores práticas de mercado, metas e estratégias de negócios e nos propósitos e valores da Companhia. A remuneração é composta por um elemento variável anual (curto prazo) e outro vinculado ao desempenho da Companhia em relação a determinados parâmetros econômico-financeiros, industriais e operacionais concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos (longo prazo). O montante global da remuneração variável (participações estatutárias) é calculado conforme o disposto em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observados os critérios definidos na Política Remuneratória e sujeito à aprovação pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações estatutárias foram calculadas da seguinte forma:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias – originalmente publicado	24.996	32.056
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(1.751)	(3.145)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	(1.315)
Ajuste Lei 6.404/76 - Art. 152 § 1º	-	(3.866)
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>23.245</b>	<b>23.730</b>
Participações estatutárias (10%)	2.324	2.373
INSS sobre participações estatutárias (20%)	465	474
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	186	190
<b>Participações estatutárias</b>	<b>2.975</b>	<b>3.037</b>

### 31. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

<b>Ramos</b>	<b>Ref.</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>Importância segurada</b>	
			<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Risco operacional	(a)	29/09/2023	70.766	64.603
Responsabilidade civil geral	(b)	29/09/2023	2.000	2.000
Responsabilidade civil geral - danos morais	(c)	29/09/2023	2.000	2.000
<b>Total</b>			<b>74.766</b>	<b>68.603</b>

- (a) Cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia.
- (b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.
- (c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

#### 31.1 Despesas pagas antecipadamente

A Companhia também mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos. O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está dividido nos seguintes ramos:

<b>Ramos</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Risco operacional	243	161
Responsabilidade civil	22	15
Frota	74	33
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>209</b>

### 32. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia - R\$ mil						
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029
2024 a 2054	135.346	130.547	125.747	121.170	121.170	121.170	2.128.763

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2022, e foram homologados pela ANEEL.

### 33. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos e externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

\* \* \*

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Cícero Machado de Moraes**  
Presidente

**Miguel Coutinho Coelho da Silva**  
Vice-Presidente

**Renata Barbieri Coutinho**  
Conselheira

**Fernando Antonio Moreira Calaes**  
Conselheiro

**Angelo Arpini Coutinho Filho**  
Conselheiro

#### DIRETORIA

**Arthur Arpini Coutinho**  
Diretor-Presidente

**Angelo Arpini Coutinho**  
Diretor Vice-Presidente

**Angelo André Bosi**  
Diretor

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

### CARTA DE APROVAÇÃO

---

Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes  
A Diretoria e o contador da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (“ELFSM” ou “Companhia”) declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Colatina, 23 de março de 2023

---

Arthur Arpini Coutinho  
Diretor-Presidente

---

Carlos Alberto Lima  
Contador – CRC ES/009263/O-2

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.  
Colatina - ES

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### ***Demonstrações do valor adicionado***

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### ***Auditoria das cifras do ano anterior***

Os exames das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.6, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria sem modificação, com datas de 18 de fevereiro de 2022 e 12 de março de 2021, respectivamente. Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, auditamos também a correção de erro nos valores correspondentes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 descrito na Nota Explicativa nº 2.6, que em nossa opinião está apropriado e foi adequadamente efetuado, em todos os aspectos relevantes.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023

Mazars Auditores Independentes  
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque  
CRC CE019775/O-9 T-RJ